

OLHARES E DIÁLOGOS PARA A GESTÃO TERRITORIAL:

Formação de guarda-parques
comunitários para a conservação
em áreas protegidas



OLHARES E DIÁLOGOS PARA A GESTÃO TERRITORIAL:

Formação de guarda-parques
comunitários para a conservação
em áreas protegidas



FICHA TÉCNICA

ORGANIZADORES: Wesley Luis Pacheco e Cristiane Rodrigues Menezes Russo

AUTORES: Richard Lopes Pinheiro, Luciano Menezes, Marcelo Daniel Segalerba Bourdette, Wesley Luis Pacheco, Mauro Oliveira Pires, Paulo Roberto Russo, Osvaldo Alfonso Barassi Gajardo, Luiza Viana Araújo, Cristiane Rodrigues Menezes Russo, Zara Faria Sobrinha Guimarães, Ivan Machado de Vasconcelos, Nayara Araújo da Silva, Renato Richard Hilário, Muryel Arantes e ONG Crianças que brilham na APA da Fazendinha e Instituto Mapinguari.

COLABORADORES: Guardaparques e toda a equipe de apoio do projeto (equipe de apoio, docência, consultores...) que aqui não cabe citar dadas as inúmeras pessoas que se dedicaram ao projeto.

REALIZAÇÃO: Equipe de Conservação da Amazônia.

APOIO: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com recursos do Fundo Amazônia (FA).

EDIÇÃO DE MAPAS: Equipe de Conservação da Amazônia

PROJETO GRÁFICO: Agência Carcará, Raul Evaristo, Alexandre Augusto, Mayra Figueiredo

REVISÃO GRAMATICAL: Maggiore Idiomas

FOTO CAPA: Wanessa Eyng

© 2018. Equipe de Conservação da Amazônia

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

O45

Olhares e diálogos para a gestão territorial: formação de guarda parques comunitários para a conservação em áreas protegidas. Organizadores: Wesley Luis Pacheco, Cristiane Rodrigues Menezes Russo – Brasília : ECAM, 2018.

107 p. : il.

1. Unidade de conservação da natureza. 2. Processos formativos. 3. Gestão colaborativa . I. Título.

ISBN: 978-85-99991-19-0

CDU: 39(81=82)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	6
Associação de Guarda-Parques do Amapá - AGPA.....	6
Associação Brasileira de Guarda-parques ABG.....	9
Federação Internacional de Guarda-parques.....	11
A importância da capacitação e treinamento de Guarda-parques	11
APRESENTAÇÃO.....	15
AGRADECIMENTOS	20
Introdução	22
FORMAÇÃO E CONSERVAÇÃO.....	22
Como o processo de formação impacta nas estratégias de conservação	25
A perspectiva socioambiental	26
A desigualdade social	30
A formação dos agentes ambientais e políticas públicas.....	32
Considerações finais	35
O processo de formação para a Gestão Colaborativa	36
Qual o perfil mais apropriado para o Brasil?.....	38
Como proteger uma realidade tão plural?	38
Quais são competências mais desejáveis para a gestão desses ter- ritórios?	39
POR QUÊ E PARA QUE GUARDA-PARQUES?.....	41
História dos guarda-parques e das primeiras áreas destinadas à conservação.....	42
Mas, o que são os guarda-parques?	44
O guarda-parque e suas funções.....	45
Então, por que e para que precisamos de guarda-parques?	51
Questões legais do Guarda-parque	52
A Regulamentação da profissão de guarda-parque no Brasil	52

OS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS CURSOS 56

A opção metodológica dos cursos de guarda-parques	56
Um novo ciclo de cursos de formação de guarda-parques no Amapá	58
A criação do Curso Intercâmbio de Experiências para a Gestão Territorial voltado para Guarda-parques.....	70
As possibilidades de replicação dos cursos.....	81
A Participação da Unifap.....	

LIÇÕES APRENDIDAS 83

Dificuldades superadas no Curso de Formação de Guarda-parques.....	83
A Participação das Mulheres no Projeto.....	87
Como surgiu?.....	87
Como foram as experiências e o que foi feito?.....	87
Que aspectos no âmbito do projeto contribuíram para este avanço?....	90
Aspectos Avaliativos do Curso Intercâmbio de Experiências para a Gestão Territorial para Guarda-parques	92
ONG Crianças que Brilham na APA da Fazendinha	96
INSTITUTO MAPINGUARI	99
A fala dos Guarda-Parques participantes do projeto	102
A experiência para a AGPA	105

PREFÁCIO



Associação de Guarda-Parques do Amapá - AGPA

Richard Lopes Pinheiro

Sobre o autor

Atual Presidente da AGPA. Atua no Parque Zoobotânico de Macapá.

A partir de 2005 a Equipe de Conservação da Amazônia passou a oferecer cursos de guarda-parques no estado do Amapá. Com os primeiros guarda-parques formados, em 2006 uma primeira associação foi criada, chamada AGA. A partir de 2009 passou a se chamar Associação de Guarda-Parques do Amapá (AGPA), tornando-se um espaço para atuação estratégica em conjunto. Permaneceu inativa por um longo tempo. Mas

desde 2013 a AGPA vem retomando suas atividades, reorganizando os associados e implementando ações em algumas unidades de conservação do estado do Amapá.

O processo foi longo e trabalhoso, mas hoje a associação com 100 associados, desenvolvendo ações de educação ambiental, limpeza de trilhas e condução, realizadas com sucesso principalmente na Área de Proteção Ambiental (APA) da Fazendinha. Nessa APA, localizada nos municípios de Macapá e Santana, a comunidade apoia e participa junto, abraçando a causa. E devagar o grupo vem colhendo resultados positivos.

A rearticulação da AGPA foi potencializada pela realização dos Cursos de Formação de Guarda-Parque, pelo projeto Capacitar para Conservar. Guarda-parques experientes, organizados a partir da AGPA, atuam como instrutores do curso, além de formarem uma equipe de acolhimento, que dialoga com os cursistas durante as atividades, compartilhando angústias e dando apoio durante o período.

Todo esse envolvimento é porque as estratégias de capacitação, como as desenvolvidas por esse projeto, são fundamentais para consolidar o trabalho dos guarda-parques. Esse formato de curso convida a participar moradores do entorno ou do interior de Unidades de Conservação (UCs). São as pessoas chave para desenvolver um bom trabalho, já que conhecem a realidade, sabem quais são os problemas e também sabem qual caminho seguir, por onde ir. O guarda-parque e a guarda-parque são a principal peça dentro de uma Unidade de Conservação (UC). Os cursistas são sensibilizados sobre as questões de conservação, para depois trabalharem nas suas comunidades. Tudo o que eles aprenderam, eles multiplicam.

Os guarda-parques formados pelo Curso, que apresenta uma proposta nova de valorização de comunitários e de ações de prevenção e planejamento estratégico, encontrarão na AGPA um espaço coletivo para a sua atuação. Por isso, a AGPA é peça fundamental para consolidar o impacto positivo do Curso de Formação de Guarda-Parques no médio e no longo prazo. Ela dá suporte para as ações que os guarda-parques

vão desenvolver, planejando trabalhos em conjunto. A AGPA traz todos esses guarda-parques para dentro da associação, lutando em conjunto para que o estado reconheça a profissão e que os guarda-parques possam atuar como tal. Isso ainda não aconteceu, mas esperamos e trabalhamos para que isso aconteça no futuro.

É preciso um esforço para que as ações da AGPA alcancem uma área cada vez mais ampla dentro do estado do Amapá, estimulando ações com todos os guarda-parques, que estão dentro das unidades de conservação. São inúmeros os desafios de logística ou de financiamento. Mas já temos um trabalho iniciado, que pretendemos repetir nessas outras áreas. Promovendo a parcerias entre os novos e os já experientes guarda-parques, colheremos cada vez mais frutos positivos para as estratégias de conservação no estado do Amapá.

E acreditando no potencial do trabalho do guarda-parque e na importância das iniciativas de capacitação, o objetivo da AGPA é sempre realizar, propor, estimular e colaborar com projetos como o Capacitar para Conservar. É indispensável que os guarda-parques tenham capacitações constantemente. Cursos específicos, de reciclagem. Cursos mais intensivos, que deem continuidade nas formações. Com guarda-parques bem preparados, pode-se trabalhar para manter as UCs conservadas sem prejudicar os moradores.



Associação Brasileira de Guarda-parques ABG

Luciano Menezes

Sobre o autor

Agente de Defesa Ambiental - Guarda-parque do RS, Gestor Ambiental e Técnico em Meio Ambiente, Presidente da ABG, Presidente da AGP-RS.

Um dos mais sérios problemas para o manejo das Unidades de Conservação é a falta de pessoal qualificado, sendo a situação do Brasil uma das piores do mundo. E esta falta de profissionais é agravada pela falta de preparo para enfrentar as tarefas do manejo das UCs, mesmo tendo havido inúmeros treinamentos, não se consegue superar deficiências básicas de formação acadêmica e técnica, pois a capacidade para formar pessoal especializado no manejo de Unidades de Conservação está limitada a poucas instituições qualificadas.

A formação de guarda-parques é um tema tão importante que foi muito discutido no III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, porque estes profissionais são funcionários de campo, encarregados de vigiar, resguardar e proteger o patrimônio natural e cultural dentro das unidades de conservação, sendo considerada uma função especializada porque demanda uma série de atividades de campo, tais como, a manutenção de trilhas, o atendimento ao visitante, a educação ambiental, a prevenção e combate a incêndios florestais, o reflorestamento, mas deve ser um sujeito bom de mato, daqueles que gostam de fazer longas trilhas, embrenhar-se na floresta, lançar-se pela floresta adentro e, até mesmo, perder-se e reencontrar-se.

O guarda-parque é o representante da unidade de conservação apto a resolver problemas como, atender o visitante em suas várias necessidades, prestar socorro, segurança e manutenção da infraestrutura, manutenção das trilhas e sinalizações, distribuição de material informativo e educativo, controle de plantas exóticas e fazer cumprir os regulamentos do Plano de Manejo da área protegida, além de serem profissionais que podem exercer atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas a atrativos naturais, desde que tenham formação profissional específica.

Por isso é de suma importância o Curso de formação de Guarda-parques realizado pelo Projeto Capacitar para Conservar – Fortalecendo a Gestão de Áreas Protegidas no Estado do Amapá, pois irá qualificar as comunidades residentes e do entorno das Unidades de Conservação para realizarem o trabalho de proteção ambiental através de estratégias educacionais que terão resultados efetivos para a conservação.

O impacto positivo deste tipo de iniciativa para a conservação ambiental permite que o Guarda-parques realize trabalhos de sensibilização ambiental: mediante a educação ambiental desenvolvida pelos guarda-parques é possível contribuir e sensibilizar a população local; realiza a conservação e preservação ambiental: mediante projetos de proteção e de restauração ambiental desenvolvido pelos guarda-parques; preserva a cultura local: com a incorporação de guarda-parques comunitários ou indígenas, possibilitando manter as pessoas próprias do local não gerando um êxodo por falta de oportunidades de emprego; proporciona sustentabilidade Ambiental: pois os aspectos mencionados anteriormente sem dúvida contribuem para melhorar aspectos sociais, ambientais e culturais, que formam o tripé da sustentabilidade; e por último prestam apoio as comunidades vizinhas: considerando as atuais situações de desabamentos de terras, enchentes entre outras catástrofes ambientais, os guarda-parques podem preparar planos de emergências naturais com a finalidade de minimizar as perdas humanas e materiais.

Por isso a Associação Brasileira de Guarda-Parques que é uma organização não-governamental visa a representação, promoção, defesa e apoio dos Guarda-Parques Brasileiros e sua profissão, tem como objetivo também, promover a proteção integral dos valores ambientais e culturais das Áreas Protegidas Brasileiras.



Federação Internacional de Guarda-parques

A importância da capacitação e treinamento de Guarda-parques

Sobre o autor

Mestre em Ciências Florestais pela Universidade de Brasília (2014). Diplomado em Manejo y Conservación de Recursos Naturales, pela Universidad Autónoma de Yucatán - UADY, México (2007), Especialização em Administração e Manejo de Unidades de Conservação pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG (2003). Graduação: Licenciado em Gestión Agropecuária - Universidad de la Empresa - UDE Montevideo-Uruguai, (2000), representante da FIG.

Marcelo Daniel Segalerba Bourdette

Fundada no dia 31 de julho de 1992, a Federação Internacional de Guarda-parques (FIG) é a entidade internacional que, ao longo de 26 anos de existência, representa os guarda-parques de todo o planeta em sua importante e vital profissão. Formando uma grande família mundial de protetores, com mais de 90 associações de guarda-parques afiliadas em mais de 50 países, a FIG é reconhecida pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) - e por outras tantas organizações internacionais - como o principal órgão representativo internacional e voz oficial dos guarda-parques.

A proteção efetiva das diversas áreas protegidas terrestres e marinhas, em todo o planeta, acarreta enormes desafios, que não são nada simples de enfrentar. Expostos a um grande risco ocupacional, alarmantemente crescente e preocupante, os guarda-parques suportam condições de serviço extremadamente precárias e perigosas. Uma grande proporção deles arduamente desenvolve suas funções em

regiões e países que apresentam extrema violência, com presença de conflitos armados, grande instabilidade política e institucional, imersos em profundas crises econômicas e sociais. Enfrentando caçadores, invasores, exploração indevida dos recursos naturais, destruição de bens públicos e contaminação, entre outros tantos crimes perpetrados nas áreas protegidas, frequentemente, são assassinados, feridos, ameaçados e perseguidos apenas por tentar fazer cumprir a lei e desenvolver seu papel com a maior dedicação, ética e dignidade possível.

Por outro lado, os guarda-parques devem estar sempre preparados para oferecer serviços profissionais de qualidade em matéria de controle e vigilância, educação e interpretação ambiental, investigação, monitoramento e manejo de recursos naturais, busca e resgate, primeiros socorros, manejo do fogo, resolução de conflitos, relacionamento público, administração, planejamento, manutenção de equipamentos e infraestrutura, entre outros. Além disso, enquanto incansavelmente cumprem suas obrigações, dia e noite, ao longo do ano, muitas vezes isolados e longe de seus seres queridos, os guarda-parques suportam adversidades climáticas e circunstâncias inimagináveis, que os aproximam mais de super-heróis e lendas do que de simples funcionários esquecidos em campo pelas instituições.

Para o tamanho da tarefa e responsabilidade, os guarda-parques devem contar com uma preparação transversal, adequada e permanente que potencialize suas capacidades, competências, habilidades e destrezas, melhorando a condição de insegurança inerente às suas atribuições; da mesma forma, que lhes permita tentar resolver os diferentes problemas encontrados na primeira linha de contenção, no contexto dos novos paradigmas de conservação e conjunturas permanentemente cambiantes e desafiantes. Por conseguinte, a capacitação e treinamento de guarda-parques permite gerar e fornecer recursos humanos qualificados de alto valor e importância, que atendam a demanda por gestão ativa e integral das áreas protegidas, no seu intento de atingir altos níveis de efetividade de manejo e a consecução dos objetivos de conservação.

Considerando os objetivos estratégicos institucionais e o histórico de ações, a FIG vem apoiando a região latino-americana no intuito de fomentar o reconhecimento e profissionalização dos guarda-parques e elevar os padrões profissionais de serviço, por meio da promoção de capacitações e treinamentos qualificados. Nessa linha, trabalhando em parceria com diversas organizações públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento e fortalecimento das capacidades, competências, habilidades e destrezas dos guarda-parques para atuarem nas áreas protegidas, principalmente nos países onde a profissão ainda é pouco reconhecida pelos governos e pela sociedade, e onde os protagonistas enfrentam grandes dificuldades para realizar o normal cumprimento das suas funções e responsabilidades.

Outro eixo estratégico e de interesse para a FIG tem a ver com a comunicação global entre os guarda-parques e suas associações, assim como os intercâmbios e cooperações institucionais e profissionais. Para tanto, são promovidos espaços para o compartilhamento de experiências (êxitos e fracassos) na proteção do patrimônio ambiental e cultural, as experiências como *Shadow Ranger* em outras áreas protegidas, os acordos de irmanamento e o apoio técnico profissional, financeiro e material entre associações e guarda-parques. Do mesmo modo, várias campanhas internacionais foram realizadas para apoiar os guarda-parques com o fornecimento de diversos equipamentos e vários projetos das associações foram financiados por instituições parceiras da FIG, como a *Thin Green Line Foundation* (TGLF).

Até o momento, a FIG desenvolveu oito congressos mundiais de guarda-parques e diversas conferências e reuniões continentais. Historicamente, têm apoiado todos os eventos latino-americanos sobre guarda-parques, inclusive, várias instâncias de capacitação e treinamento. Como tema central, a capacitação e treinamento foram amplamente tratados e debatidos nas reuniões do Comitê Executivo Internacional da FIG (CEI), no planejamento estratégico institucional, nas diferentes edições dos Congressos Mundiais de Guarda-parques e nas sucessivas declarações oficiais. Assim, várias experiências exitosas em matéria de capacitação e treinamento de guarda-parques foram apoiadas

pela FIG ao redor do mundo, como o “Primeiro Curso Latino-Americano de Guarda-parques em Áreas Naturais Protegidas” desenvolvido em 1998, no México. Dando continuidade, no ano 2005, a FIG começou a apoiar diferentes cursos e treinamentos para guarda-parques indígenas e não indígenas, que se iniciaram no estado do Amapá, Brasil. Cursos que ajudaram a fortalecer as capacidades regionais, nacionais e internacionais em matéria de proteção dos valores ambientais e culturais nas diferentes Áreas Protegidas.

Partindo da premissa de que guarda-parques bem capacitados e treinados, organizados, reconhecidos, motivados e devidamente equipados são fundamentais para realizar a efetiva proteção, ao longo dos anos, a FIG contou com a vital parceria de diversas instituições como a Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) do Brasil, que teve amplo sucesso nas suas ações.

Muito além de capacitar e treinar guarda-parques, essas ações permitiram que os participantes compartilhassem suas experiências, idéias e conhecimentos, consolidando o sentimento de classe, favorecendo a organização setorial, unindo os diferentes guarda-parques do Brasil e projetando-os no contexto latino-americano e mundial. Foi o início de uma nova era na conservação brasileira.



APRESENTAÇÃO

Wesley Luis Pacheco

Sobre o autor

Mestre em Geoquímica com ênfase em Águas Subterrâneas pelo Instituto de Geologia, com especialização em Geoprocessamento pelo IG/UnB e técnico em Agrimensura - ESIE. Possui mais de 20 anos de experiência no tema de Geoprocessamento e Gestão Socioambiental na Amazônia. Atualmente é Diretor Técnico da Equipe de Conservação da Amazônia - Ecam desenvolvendo ações nos temas de formação, geração de renda, proteção territorial, captação de recursos e articulação institucional.

Este livro representa a dedicação de pessoas que acreditam que o fortalecimento do capital social na Amazônia, envolvendo lideranças e comunitários tradicionais, é um caminho prioritário para solucionar os desafios de sustentabilidade na Amazônia.

As territorialidades da Amazônia, seus contextos e particularidades demonstram a sustentabilidade praticada por povos e comunidades tradicionais, mas como considerar essa sabedoria frente aos diversos atores que hoje influenciam o destino da região? O trabalho de instituições e organizações na Amazônia são pautados na resolução dos atuais desafios, com a perspectiva de empoderar aqueles que vivem desenvolvendo sua

territorialidade e dependem da saúde dos ecossistemas para a manutenção de seus modos de vida, costumes e tradição. Esses povos ou comunidades estão, em sua maior parte, defendendo a conservação de terras indígenas, entornos de unidades de conservação e reservas de uso sustentável, entre outras categorias e territórios ainda não reconhecidos oficialmente pelo governo.

Os representantes desses povos da Amazônia são oportunidades para ações de proteção da biodiversidade amazônica, assim como para a expansão dos projetos desenvolvimentistas do país, que são conduzidos muitas das vezes sem a devida atenção às salvaguardas socioambientais e em condições de maior impacto, desestruturando relações sociopolíticas consolidadas que muito podem contribuir para um pensar sustentável e rentável, respeitando a diversidade e a vontade das comunidades amazônicas.

É para esse público que o esforço dos autores, coautores, colaboradores e guarda-parques que colaboraram com esta obra desenvolvem a formação de guarda-parques, que tem por objetivo principal fortalecer sinergias que facilitem o diálogo entre lideranças comunitárias e gestores de políticas públicas para juntos atuarem na proteção e conservação da Amazônia, promovendo a conscientização local e regional e fortalecendo àqueles que ainda não se posicionaram para a proteção da diversidade étnica e biológica.

Inicialmente, a formação se pautou na construção de conteúdos que permitissem alcançar a adaptação de um perfil preexistente ao conhecimento de técnicas e legislação que viessem a balizar a interação com os diversos setores da sociedade, além de contribuir com a efetividade de Unidades de Conservação e a proteção funcional de terras indígenas, fazendo um bem para todos os povos e para sua microrregião indiretamente. Após as primeiras edições, a formação desenvolvida pela Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam), em cooperação com a Federação Internacional de Guardaparques, entendida como uma das pioneiras no Brasil, despertou o interesse de um público cada vez maior

e provocou a necessidade de se avaliar a metodologia e chegar ao nível que é objetivo desta publicação demonstrar.

A formação iniciou-se no ano de 2005, com sua primeira turma focada na instrumentalização de lideranças indígenas. A formação passou a ter o nome de Formação de Agentes Ambientais Indígenas, não os restringindo para a atuação em Unidades de Conservação, mas sim com um projeto político pedagógico direcionado às temáticas relevantes às terras indígenas. Nessa formação, esperava-se dos alunos indígenas alcançar perfil como agente capaz de atuar nos ditos “Planos de Vida” ou “Planos de Gestão Territorial Indígena”¹, podendo ter suas funções nas ações de vigilância territorial indígena e ainda contribuir com diversas outras temáticas componentes do plano de gestão territorial, a variar conforme o povo indígena a participar da formação.

A formação de agentes ambientais indígenas passou a ter visibilidade no estado do Amapá e em pouco tempo ganhou a atenção de outras categorias de lideranças tradicionais, além de corpo técnico de instituições locais. Consequência disto foi o desenvolvimento da Formação de Guardaparques, já com a colaboração de outras instituições, focando na agenda das Unidades de Conservação municipais, estaduais ou federais. No estado do Amapá, o processo foi efetivo a ponto de, após algumas edições, o grupo entender da necessidade de promover todos os anos o “Encontro de Áreas Protegidas do Estado do Amapá”. O encontro era sempre contemplado pela participação de pessoas envolvidas na formação e, principalmente, de guarda-parques.

As ações consequentes das primeiras formações tomaram condução natural e produziram uma sinergia muito positiva, que se formaliza com a criação da Associação de Guardaparques do Estado do Amapá (Agpa), em 2008. No entanto, sua criação informal se dá no ano de 2006, após a primeira Formação de Guarda-parques realizada em

1 Entende-se por “plano de vida” ou “plano de gestão territorial indígena” o planejamento futuro, algumas vezes considerando a agenda futura de 30 ou 50 anos, no qual o povo, a partir de suas lideranças, desenvolve um sistemático planejamento de políticas públicas sob gerência própria (como políticas públicas de governo), cujas influências devem ser orientadas a partir das diretrizes consolidadas no referido plano.

2005. A Agpa começa a ter um papel na conservação das UCs do estado e ser atuante nas formações de guarda-parque, inclusive na promoção da categoria junto à Câmara Legislativa do estado do Amapá para a elaboração da Lei dos Guarda-parques Estaduais, que é ainda uma das grandes expectativas para a formalização e reconhecimento da importância dos guarda-parques para as UCs.

A formação passou a ser realizada em outras regiões do país e ter uma visibilidade nacional, tendo em algumas de suas edições participantes de várias regiões do Brasil, como Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, entre outros estados da Federação. O número de parceiros envolvidos no desenvolvimento do curso foi aumentando e a repercussão passou a ter um tamanho maior, surgindo, assim, a Associação Brasileira de Guarda-parques (ABG), no ano de 2015, sediada em Brasília – DF, não fruto somente das ações desenvolvidas no estado do Amapá, mas de várias outras frentes no país e com a formalização de outras associações regionais. Hoje, a ABG é composta por cada um dos representantes das associações regionais ou locais.

A ação, que inicialmente tinha o propósito de resolver problemas internos a um território, foi engajada pelas lideranças locais e avançou para algo maior: uma rede nacional de guarda-parques. O movimento já era esperado, considerando que não é uma exclusividade brasileira; na verdade, a ação no Brasil veio a tardar, pois muitos países no mundo já tinham e têm formalizado seus corpos de guarda-parques, como Estados Unidos, Portugal, Chile, entre diversas outras nações nas quais a Federação Internacional de Guarda-parques apoia e certifica a formação.

Ecam desenvolveu boa parte de suas formações até o ano de 2012 e retomou a ação no ano de 2015, a partir da celebração de contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com recursos do Fundo Amazônia (FA). Nessa parceria, a Ecam e parceiros se propuseram a fazer uma revisão da metodologia realizada até o ano de 2012, contando com a Universidade Federal do Estado do Amapá (Unifap), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente

do Estado do Amapá, a Associação de Guarda-parques do Estado do Amapá (Agpa) e o *World Wildlife Fund* (WWF Brasil). A cooperação formulou um novo conceito para o curso, incluindo a realização de duas turmas intituladas “Guarda-parque – Intercâmbio de Experiências para a Gestão Territorial”. Elas se diferenciaram das turmas anteriores porque colocavam no mesmo espaço de reflexão lideranças de entorno de unidades de conservação e gestores de políticas públicas. As finalidades eram muitas, com destaque para permitir que os dois públicos pudessem interagir. A partir daí, no reconhecimento das habilidades de cada grupo, o objetivo é alcançar um pensar estratégico no qual as lideranças consigam se envolver no planejamento e gestão das UC’s e, ao mesmo tempo, os gestores da política em UCs possam aumentar a qualidade da interação com as lideranças de entorno, enxergando-as como atores da conservação nas UCs.

A ação, em parceria com o BNDES e por meio do Fundo Amazônia, permitiu redesenhar a metodologia de formação de guarda-parques e construir uma nova realidade de formação tomando como base a experiência acumulada ao longo de 10 anos de edições do curso. Nos últimos 13 anos, a equipe de parceiros formou mais de 400 guarda-parques que atuam como profissionais ou agentes de conscientização pela conservação. A considerar o estado do Amapá, cada município possui um guarda-parque representante da categoria que, muitas das vezes, desenvolve, pelo espírito da formação, ações voluntárias de conservação, como pode ser visto ao longo da publicação. Dentre outros estados da Federação, existem casos de alunos que somente assumiram cargo público após a certificação pelo curso.

Esta publicação visa demonstrar a linha história de construção dessa metodologia, o histórico de desenvolvimento do corpo de guarda-parques do Amapá, a importância desse profissional como agente de conservação nos mais amplos aspectos de agenda positiva para o meio ambiente, o quanto as ações de formação resultam em conservação, como esse ator é relevante para atuação das instituições públicas na efetividade das UCs, a evolução metodológica da formação, a experiência prática da formação, as ações para melhorar a equidade de gênero na formação e, por fim, os aspectos jurídico-legais que hoje têm relevância para a formação e para a categoria de guarda-parques no Brasil.



AGRADECIMENTOS

Wesley Luis Pacheco

O projeto Capacitar para Conservar – Fortalecendo Áreas Protegidas no Estado do Amapá teve seu foco no fortalecimento do capital social e contou com a sinergia entre várias instituições que também acreditam na formação de pessoas como meio para se alcançar a sustentabilidade, respeitando e fortalecendo a diversidade étnica e biológica da Amazônia.

Nesse acreditar, é e foi possível realizar seis formações de guardaparques e duas formações no formato de intercâmbio com o curso “Guardaparque: intercâmbio de experiência para a Gestão Territorial”, ao todo beneficiando a Amazônia com mais 164 guardaparques, que atuarão em processos de conscientização, vigilância e operacionalização das áreas protegidas.

Agradecemos, por pensar juntos nessa causa, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, por meio do Fundo Amazônia, que viabilizou financeiramente o projeto, unindo novamente diversos atores no estado do Amapá com a finalidade de alcançar um público maior e fortalecer as Áreas Protegidas. Agradecemos ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio), a partir de seus analis-

tas Paulo Roberto Russo, Ivan Machado de Vasconcelos, Iranildo Coutinho e o próprio Instituto; a Universidade Federal do Estado do Amapá (Unifap), a partir de sua Reitoria e seus professores Cristiane Russo e Renato Hilário; a Associação de Guardaparques do Estado do Amapá, a partir de seu colaborador Richard Lopes Pinheiro e todos os guardaparques, em especial os que atuaram na realização desse projeto; ao *World Wild Fund for Nature* (WWF-Brasil), a partir de seus colaboradores Ricardo Mello e Osvaldo Barassi Gajardo, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá, a partir de seu Secretário Marcelo Creão e colaboradores; ao Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (Iepa), a partir de seus pesquisadores Lúcio Costa e Michel Breno; ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), a partir de seu colaborador César Augusto; à Fundação Parque Zoobotânico de Macapá, a partir de seu Diretor-Presidente Heraldo Monteiro; à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a partir de sua colaboradora Ana Euler; e a todos os instrutores e consultores associados ao projeto, sem os quais nenhum resultado teria sido possível alcançar.



01

FORMAÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Introdução

Wesley Luis Pacheco

A Amazônia é um dos cenários mundiais em que pessoas lutam pela conservação dos recursos naturais com a perspectiva de garantir um ambiente com qualidade para as futuras gerações. Seu diferencial é a diversidade étnica que, ancestralmente, desenvolve sua territorialidade em comunhão com a fauna e flora, em uma relação de benefício mútuo. Seu desafio é a interação com os “novos povos” na Amazônia.

A Amazônia é potencial de riqueza para todas as temáticas em que se pode pensar e desperta os mais diversos interesses, acompanhados de sua dificuldade logística e baixa presença do Estado. Tais condições a torna um vasto campo de oportunidade para atividades ilícitas e o lucro sem medida na extração descontrolada de seus recursos, principalmente quando se trata da flora que repercute na redução da

fauna¹ e, por consequência, diversidade étnica, podendo esta ordem ser invertida. A relação de benefício mútuo ou condição natural de convivência de povos, fauna e flora na Amazônia, fortalece a resiliência de todo o ecossistema frente à chegada de contingentes ao bioma, com necessidades diversas de uso e aproveitamento do ambiente. Assim como a conservação da Amazônia depende do homem no cenário atual, essa também sofre pela ação do homem.

Os povos nativos da Amazônia são povos que se adaptaram ao seu contexto e, assim, entendem sua importância como meio biodiverso. Têm um papel fundamental na conscientização da urgente necessidade de pensar em um projeto de desenvolvimento diferenciado para a região que agregue oportunidades para todos, sem prejuízos desastrosos e irreversíveis no presente e futuro do bioma.

Um olhar das políticas ou até uma estratégia comum às políticas para o empoderamento destes povos é crucial para o fortalecimento da governança na Amazônia, assim como a construção representativa e equitativa de projeto de desenvolvimento que respeite suas diferenças e valorize suas riquezas naturais e sociais.

O empoderamento de lideranças tradicionais ou comunitários em processos formativos é um caminho para fortalecer a voz de quem entende a Amazônia, e pode fazer outros entenderem como devemos, sim, cumprir com a conservação e preservação, de forma a garantir o acesso às futuras gerações. Por isso devemos apostar nesse rico capital social existente no bioma que, muitas das vezes, por não dominar os símbolos e códigos da sociedade envolvente, fica à margem dos debates e pouco contribuem para o planejamento de projetos, programas ou políticas, quando deveriam ser os principais elementos formadores de opinião para gestores e tomadores de decisão, quando estes não estiverem cumprindo tais papéis.

O processo de formação aqui defendido tem por objetivo trabalhar a ação contínua de empoderamento dessas lideranças ou comunitários.

1 Aqui não se trata da ordem de prioridade entre Flora e Fauna e muito menos a ordem de dependência entre uma e outra, mas sim que a flora é atualmente alvo da extração ilegal e descontrolada e afeta todos os demais componentes do ecossistema.

Soma-se ainda o fortalecimento de sinergias entre atores locais e, em uma escala maior, a ampliação da rede de pessoas formadas que lutam pelos mesmos objetivos e se reconhecem nas especificidades de sua formação como iguais ou semelhantes, para dar dinâmica ao alcance de um meio ambiente mais justo e condizente com sua realidade local. Em resumo, apostar na formação desse capital social é o caminho para que o uso coerente do bioma possa também fazer parte da visão daqueles que atuam na Amazônia e ainda não desenvolveram qualquer sentimento de pertencimento com a mesma.



Como o processo de formação impacta nas estratégias de conservação

Mauro Oliveira Pires

Detentor da maior biodiversidade, maior área florestal do planeta e maior concentração de água doce disponível do mundo, o Brasil possui qualidades ambientais impressionantes. Território de centenas – antes da chegada dos portugueses, provavelmente eram milhares – de povos originários, pertencentes a distintos troncos linguísticos; descendentes de ex-escravos, fugidos de mais de 300 anos de servidão desumana; e de outros povos e comunidades tradicionais espalhados por toda a sua extensão, assim como lugar de toda a sociedade brasileira. O nosso país é claramente visto como megadiverso em termos ambientais e culturais. Riquezas naturais e variedade de segmentos culturalmente diferenciados constituem patrimônio que nos singularizam no cenário mundial. Mas nem todos assim pensam: setores que lucram à base da exploração predatória de recursos naturais veem tais atributos como atraso, obstáculo ao desenvolvimento.

Para mudar essa concepção, são imprescindíveis o sólido engajamento social e políticas que promovam, concomitantemente, a conservação ambiental e a valorização dos povos e comunidades tradicionais cujos mo-

Sobre o autor

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás, Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília - UnB. Fundador e coordenador da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais. Foi pesquisador e assessor do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Foi consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi diretor do Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento (DPCD). Entre 2007 e 2008, exerceu a função de secretário executivo adjunto do Ministério e o cargo de Diretor de Programas..

dos de vida mantêm inseparável relação com o território em que vivem. Uma das maneiras transformadoras no campo do engajamento passa pela formação contínua das pessoas. Se quisermos influenciar a mudança de perspectiva quanto à conservação ambiental e ao desenvolvimento, se quisermos redirecioná-la, devemos apostar em processos formativos suficientemente robustos que vão além deles próprios; em outras palavras, devem favorecer a transformação. A formação de agentes é imprescindível para a convergência do atendimento a duas demandas, legítimas e necessárias: ambiental e social. As políticas, por sua vez, são essenciais para a garantia dos atributos ambientais e o acolhimento dos anseios sociais; sem política, o que se sobressaem são ações pontuais, desconexas e efêmeras.

Este pequeno capítulo procura chamar atenção para que as capacitações frequentes no cenário ambiental considerem em seu conteúdo programático, além dos aspectos do meio físico-biótico e climático, o compromisso de superar os obstáculos que impedem a redução das desigualdades sociais e da pobreza, profundamente arraigadas em nosso país. Se a formação ambiental não contribuir para esse objetivo, devemos nos perguntar se ela não está atuando em favor do recrudescimento dos conflitos que determinam e prejudicam a vida dos que mais carecem de políticas públicas e do engajamento da sociedade civil.

Ao focar no papel da capacitação dos agentes ambientais, entre os quais os guarda-parques, queremos suscitar reflexão sobre a necessidade de equilíbrio e confluência de políticas públicas e de ações da *sociedade civil focadas na conservação do patrimônio ambiental, em particular nas áreas protegidas, e o atendimento das demandas que exigem a redução das desigualdades sociais*. A ótica do socioambientalismo, o qual convém discutir, parece ser a mais indicada para o objetivo proposto.

A perspectiva socioambiental

Talvez uma das mais importantes contribuições brasileiras ao debate do ambientalismo mundial tenha sido o conceito de “socioambiental”². Ao lidar com os problemas contra o meio ambiente, o enfoque

2 Escrito sem hífen, não porque assim rege o novo acordo ortográfico, mas

socioambiental considera que a superação desses ocorre quando as dimensões sociais também não são negligenciadas. É uma abordagem especialmente significativa para os casos de países pobres ou tidos como em desenvolvimento. É o que Juliana Santilli (2005) apregoa ao mencionar que o desenvolvimento sustentável tem duplo desafio: promover não apenas a sustentabilidade estritamente ambiental como também a redução da pobreza, a equidade e a justiça social.

No que concerne especificamente a povos e comunidades tradicionais, a concepção socioambiental procura reconhecê-los e valorizá-los, assim como a seus saberes, como parte integrante da questão ambiental brasileira; por exemplo, quando essa envolve impactos negativos decorrentes de projetos de grande porte no setor de infraestrutura. É o que ocorre, a título de exemplo, nos casos em que a instalação de grandes hidrelétricas no interior da floresta implica a expulsão de agricultores familiares, comunidades tradicionais ou povos indígenas de seus territórios historicamente construídos. O mesmo acontece na implantação de projetos de irrigação mecanizada, por vezes financiados a juros negativos pelo poder público, sem considerar os usos múltiplos da água, cuja lei preceitua a prioridade para a dessedentação humana e animal. Comunidades locais ficam sem acesso permanente a água. O Oeste baiano está cheio de exemplos dessa natureza. Observamos o mesmo em empreendimentos de carcinicultura nos mangues, inviabilizando a principal fonte de renda de marisqueiras, pescadoras, de mulheres e homens. Em todos esses exemplos, há nítidos prejuízos ambientais, como a extinção de espécies e degradação ecossistêmica de forma até irrecuperável. Mas há também o desrespeito aos direitos sociais dos mais afetados, em geral os mais pobres, tidos como invisíveis pelo poder público e pelas camadas abastadas.

De modo superlativo, seria possível dizer que o ponto de vista estritamente ambiental nos exemplos acima seria apenas necessário à promoção da estrita compensação ambiental, quando o dano é irrecuperável, bem como a adoção de práticas que minimizem a perda da biodiversidade, do recurso hídrico ou que impactam o clima. Pelo prisma socioambiental, essas medidas não são bastantes. É necessário que políticas e projetos considerem os segmentos sociais mais afetados, garantindo o direito desses a seu território e o apoio a seu modo de

porque procura demonstrar que se trata de algo único, não separado.

vida. Indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, marisqueiras, ribeirinhos e vários grupos também devem ser parte da preocupação com o meio ambiente, quando são afetados.

Outra analogia sobre a discrepância entre o enfoque ambiental, social e, por sua vez, o socioambiental, não raras vezes é encontrada nas estratégias de implantação de áreas protegidas sobrepostas a territórios tradicionais. Do ponto de vista estritamente ambiental, pode-se considerar como aceitável a criação de categorias de unidades de conservação altamente restritiva à presença humana, como as reservas biológicas, realizada até mesmo sem consulta pública e baseada em estudos exclusivamente sobre os atributos naturais ou sobrevoos em cima de território quilombola vivenciados há séculos por ex-escravos e seus descendentes. Em oposição, a abordagem estritamente social denunciaria a criação etnocida, de atentado aos grupos sociais e exigiria a pura e simples desafetação imediata da unidade. Esse enfoque, em alguns casos, apontaria a política ambiental como algo imposto de cima para baixo, remanescente do período autoritário, de dominação alinhada a interesses de países desenvolvidos, ou seja, como sintoma do colonialismo.

Em contrafação a ambos os prismas, a visão socioambiental os consideraria parciais, *parti pris*. Tendo em conta ser essencial tanto a conservação dos recursos naturais como a promoção dos direitos sociais, procuraria alinhar a manutenção e o desenvolvimento dos quilombolas em seus territórios tradicionais com a proteção ambiental. Provavelmente proporia a criação de mosaico, formando corredor ecológico capaz de associar unidades de conservação, de uso sustentável e mesmo de proteção integral no espaço menos acessível, com o território quilombola e, quem sabe, com terras indígenas. Mutuamente as áreas se fortaleceriam, inibindo o avanço do desmatamento em geral praticado por atores externos. É sob essa perspectiva que o Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas (Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006) considera que, além das unidades de conservação, os territórios quilombolas e indígenas são fundamentais para a formação de sistema de áreas protegidas, em linha com o que estabelece a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Analisemos também as diferenças entre a perspectiva estritamente social e a socioambiental nos casos de implantação de projetos de reforma agrária. Após a derrubada primária da floresta ou mesmo da destinação de fazendas para os assentamentos, para a ótica social

bastaria que o crédito subsidiado para instalação das famílias nos lotes, assim como o uso de outros instrumentos de consolidação das áreas, viabilizasse a agricultura convencional em escala familiar, sem preocupação com o impacto ambiental. Exagerando, poderíamos enquadrá-la como alinhada ao pacote tecnológico trazido pela denominada Revolução Verde da agricultura tropical. Quando vemos, por exemplo, que a maior parte dos recursos do Pronaf são direcionados à pecuária bovina praticada pelos agricultores familiares (p.ex. IPAM, 2016), essa situação parece adequada. Por outro lado, dados do sistema de cálculo do desmatamento na Amazônia (Prodes) feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) evidenciam que os assentamentos na Amazônia respondem entre 24% e 30% do corte raso anual.

Sob a perspectiva socioambiental, o caminho seria outro. A consolidação do assentamento consideraria atividades produtivas baseadas, por exemplo, na agroecologia, na produção orgânica com certificação social e de baixo custo, na implantação de sistemas agroflorestais ou no manejo florestal, quando viável. De forma especial, o crédito subsidiado consideraria, além da política de fortalecimento da agricultura de base familiar, aqueles que, por meio de sua prática sustentável, promovem serviços ambientais. Evidentemente, para que essa visão venha a prevalecer seriam necessários investimentos expressivos.

É importante alertar, todavia, que as exemplificações acima sobre as abordagens ambiental, social e socioambiental foram delineadas caricaturalmente apenas com o intuito de explicitar suas diferenças. Na realidade, elas são mais intrincadas e uma acaba absorvendo elementos da outra, valendo dizer que são historicamente construídas como resultado dos embates reais. Em razão do objetivo, aqui não é possível discuti-las com mais aprofundamento. Ademais, atualmente vemos aqui e ali traços sugerindo que o prisma socioambiental está mais aceito, gradativamente ganhando espaços, inclusive atravessando as fronteiras nacionais, em razão de sua perspectiva ampla e inclusiva.

O mérito dessa ótica está na convergência da lente ambiental com a social, formando algo novo e capaz de oferecer uma abordagem compatível com parte dos desafios brasileiros decorrentes de sua trajetória de desenvolvimento. No mínimo, propõe enfrentar a questão ambiental juntamente com o principal problema estrutural brasileiro: a desigualdade social, considerada uma das mais críticas no continente latino-americano.

A desigualdade social

Provavelmente o leitor esteja indagando o motivo de tanta insistência na integração da questão ambiental com a social, num texto que trata da formação de agentes ambientais. A resposta é que a questão ambiental está intrincada com os desafios sociais. Impactos ambientais em geral vêm seguidos de impactos sociais, retroalimentando-os. A formação ambiental pode ser parte da superação desses problemas.

Ressaltemos que em toda a nossa história, exceto em curtos períodos, a concentração de renda, a disparidade entre gêneros, o racismo e o contraste entre classes ricas e baixas foram a tônica central. No período colonial, a riqueza obtida principalmente através da extração de recursos naturais (madeira, minério, etc.) ou proveniente de grandes *plantations* para envio à Europa provinham do trabalho escravo indígena e africano. No Império, conflitos sociais surgiram em todo o canto decorrentes das condições outorgadas à maioria da população; o acesso à terra ficou mais restrito, apenas por meio da compra, impedindo sua aquisição por alforriados; os coronéis se tornaram a principal autoridade local, juízes de vida ou morte dos habitantes. A Guerra do Paraguai, além de prejuízos materiais causados internamente, serviu para o endividamento estatal. Na Velha República, o coronelismo consolidou-se e continuou submetendo maiorias a condições desumanas, recrudescendo o voto de cabresto, impedindo o voto feminino e dos analfabetos. A Era Vargas (1930-1945) trouxe algum alento, como a implantação da Consolidação das Leis Trabalhistas, a expansão da indústria nacional, a criação da Petrobrás, etc. Nas décadas seguintes, políticas desenvolvimentistas promoveram o êxodo rural e classes abastadas continuaram dependentes do poder estatal. Na Ditadura Militar, apesar do crescimento econômico dos primeiros anos, houve aumento da dívida externa, inflação galopante e perda do poder de compra das classes baixas. Apenas a partir dos anos 1990 é que surgiram políticas relativamente orientadas à redução das desigualdades, lastreadas nos direitos consagrados na Constituição de 1988, sendo que nos últimos anos o país deixou de constar do Mapa da Fome; o salário mínimo aumentou seu poder de compra, expandindo o mercado interno; empregadas domésticas passaram a ter direitos similares aos demais trabalhadores; etc.

Assim mesmo, o Brasil continua como destaque nas comparações sobre desigualdade social no mundo. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), combinando indicadores de renda, saúde e educação, demonstra a partir de dados captados em 2015 que o nosso país ocupa a 79ª posição, num total de 188 países analisados. De acordo com os indicadores de renda, está entre os 10 países mais desiguais do mundo. Na América Latina, é o quarto país mais desigual, perdendo apenas para Haiti, Colômbia e Paraguai. Estudo da organização Oxfam sobre o assunto aponta que apenas 5 bilionários brasileiros possuem uma renda superior à da metade da população mais pobre; isto é, 100 milhões de pessoas. Concentração de renda significa também concentração de poder, distorcendo a democracia representativa e aumentando o peso político, por exemplo, de bancadas parlamentares totalmente contrárias aos temas ambientais e sociais. Não é por outro motivo que existe um alinhamento explícito entre deputados e senadores do “boi”, da “bala” e da “Bíblia” no Congresso Nacional.

No mundo todo, o aumento vertiginoso da concentração de renda é um problema preocupante, a ponto de ter sido um dos temas tratados na edição de 2017 do Fórum Econômico Mundial de Davos, palco dos encontros da elite mundial.

A gravidade dessa questão também permeia os debates no âmbito das Nações Unidas que, na década passada, lançaram os Objetivos do Milênio, substituídos em 2015 pelo Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), um conjunto de aspirações e metas globais a serem alcançados até 2030. É interessante observar que a denominação dos objetivos de “desenvolvimento sustentável” já sugere que a questão ambiental precisa ser considerada em conjunto com os desafios sociais e econômicos. Para o alcance da Agenda 2030, ao menos 2 objetivos visivelmente estão centrados na questão social: o de número 1, erradicação da pobreza, e o de número 10, redução das desigualdades de renda, de acesso a bens, de raça, etc. Mas é mais curioso verificar que os objetivos “fome zero e agricultura sustentável”, “água potável e saneamento”, “energia limpa e acessível”, “cidades e comunidades sustentáveis” e “consumo e produção sustentável” convergem para o tratamento integrado das complexas interações entre questão social e ambiental no mundo. Falta de acesso a água, desnutrição, fome, mudanças climáticas afetam a muitos, mas de forma desigual. Os mais

pobres são os mais vulneráveis.

É sobre esse contexto mais amplo que a formação de agentes na área ambiental não pode se descuidar. As capacitações precisam considerar o seu papel na agenda brasileira, vinculando-se a políticas públicas e iniciativas da sociedade civil que favoreçam a superação dos gargalos nacionais.

A formação dos agentes ambientais e políticas públicas

Já havíamos mencionado que a capacitação periódica, continuada ou ocasional constitui uma das principais estratégias para a compreensão do papel mobilizador de cada agente, tendo em conta os desafios que nos cercam. Não há magia; quanto mais abrangente e profunda a formação assentada nessa perspectiva, maior o alcance e o impacto. Por isso, especial relevância recai sobre o conteúdo programático dos cursos e práticas de troca de saberes. Tópicos sobre a interação entre contexto social e ambiental, o papel dos agentes na aproximação da população com as unidades de conservação, os cuidados com práticas que possam prejudicar a conservação ambiental e a proteção dos direitos sociais precisam fazer parte do projeto político-pedagógico. Discussões sobre conflitos e sua gestão igualmente constituem possibilidades em que os problemas socioambientais podem ser melhor compreendidos, sendo a função que cabe aos formandos e formadores. Um recurso nessa perspectiva seria contar com sessões de depoimento de pessoas que atuam na área ambiental, como lideranças comunitárias e representantes de governos locais. O debate e a troca de saberes tem se demonstrado um ótimo expediente. A academia do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) parece ter lições exitosas a respeito.

Por que o fogo ocorre em áreas protegidas? Por que o desmatamento é causa da perda de biodiversidade? Qual a relação entre unidades de conservação, territórios quilombolas e terras indígenas? É possível pensar e constituir corredores a partir da gestão integradas dessas áreas? Comunidades tradicionais são atores importantes para a gestão de áreas e conservação do território? Quais políticas são favoráveis? Essas questões são estratégicas para compor o conteúdo dos cursos.

Os agentes ambientais podem e devem ser o canal de interação com os segmentos locais. Volta e meia surgem conflitos de uso e, em certos casos, a ação fiscalizatória do órgão ambiental se impõe até mesmo quando dispensável. O uso de agentes da fiscalização ambiental fortemente armados em área de posse de simples agricultores familiares parece ser despropositado. Todavia, ressaltemos enfaticamente que a fiscalização é uma importante ferramenta de gestão ambiental, da qual o gestor não pode prescindir, mas seu emprego deve ser apropriado no contexto, sob o risco de seu efeito não surtir o impacto desejado. Na maioria dos casos, as posturas de interlocução, de aproximação e de convivência equilibrada parecem ser a melhor ferramenta. Em se tratando da situação particular dos guarda-parques – quando não se trata de servidores públicos pertencentes ao órgão ambiental, portanto sem o poder de polícia –, a postura de interlocução permanente e gestão de conflitos é especialmente expressiva.

Entre os consensos na área ambiental, “quem não conhece, não conserva”. Áreas protegidas, quanto mais fechadas ao uso e mais distantes da sociedade, mais difícil será a sua gestão. Quando se trata, por exemplo, de reservas extrativistas, se os agentes ambientais (sejam servidores públicos ou voluntários) valerem-se de abordagens *top-down*, além de não seguirem o que estabelece os princípios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), afastarão a comunidade da gestão de uma área criada para o seu desenvolvimento e reprodução física, aliados à conservação da biodiversidade.

Essas questões devem ser parte da formação de agentes, todavia é preciso ir adiante com políticas públicas que convergem para a postura de fortalecimento da intersecção entre política ambiental e diálogo com os setores mais vulneráveis. Vejamos algumas delas: para os povos indígenas e suas terras, como parte integrante do já citado Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas (PNAP), há a Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas, estabelecida por meio do decreto federal nº 7.747, de 5 de junho de 2012. A sua principal finalidade é reconhecer, de um lado, o papel dessas áreas para a conservação e, de outro, reconhecer os direitos indígenas ao seu território, recebendo apoio para sua gestão. Baseada em diretrizes e objetivos, procura favorecer a integração de ações públicas e da sociedade civil e indígena. Após longos anos de formu-

lação, mediante consultas variadas aos indígenas e órgãos públicos, sua instituição possibilitou arcabouço e arranjo institucional significativos, com a participação dos indígenas por região em seu comitê gestor. Mediante plano de implementação, órgãos públicos se comprometem a enfrentar os desafios da agenda integrada. Entre esses, o Eixo 3 da política trata de áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas, garantindo a consulta prévia, livre e informada aos indígenas no processo de criação de UC, bem como a participação desses povos nos conselhos gestores das unidades quando essas lhes dizem respeito.

Outro exemplo é o Plano Nacional de Fortalecimento de Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (PLANAFE), instituído mediante o Decreto nº. 9.334 de 5 de abril de 2018. Como seu próprio nome diz, seu objetivo é favorecer a presença de comunidades e povos tradicionais em seus territórios, reconhecendo seu papel na conservação ambiental. Para isso, está formulado em quatro eixos: gestão ambiental e territorial, inclusão social, infraestrutura e inclusão produtiva. Reconhece as comunidades das reservas extrativistas como público prioritário, mas também considera segmentos como as marisqueiras, as catadoras de mangaba, as mulheres quebradeiras de coco babaçu, os geraizeiros do cerrado mineiro, as comunidades de fundo de pasto, entre outros. Com total sintonia com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), estabelecida pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, o Planafe faz um recorte mais específico para os grupos de vertente agroextrativista. Embora recente, o plano é um importante marco em favor dessas comunidades, muitas das vezes vulneráveis a invasão de seus territórios, falta de regularização fundiária, pobreza rural e dificuldade de produção, escoamento e comercialização de seus produtos.

Além dessas, há outras iniciativas públicas a serem consideradas na formação de agentes ambientais sob a perspectiva socioambiental. Por meio do ICMBio e do Ministério do Meio Ambiente, está em elaboração o programa denominado Iniciativa Azul, focada na gestão das áreas litorâneas e marinhas. Gestão de áreas protegidas, conflitos de uso, fortalecimento das comunidades de pescadores artesanais e seu papel para a conservação estão no rol dos tópicos a serem abordados. Por sua vez, no ICMBio, o projeto Jovens Protagonistas, destinado a fomentar a parti-

cipação da juventude na gestão de unidades de conservação com manguezais, é uma iniciativa que, além de reconhecer o papel dos jovens, procura fortalecer o seu vínculo com as áreas protegidas.

Poderíamos aqui enumerar um sem-número de políticas, programas e projetos que poderiam ser objeto de discussões e aprendizagens na formação dos agentes. Mas a finalidade era ilustrar vínculos com iniciativas de tal modo que a formação se constitua sob enfoque amplo e contextualizado. Seria o caso de apontar os compromissos nacionais assumidos pelo país no âmbito das Convenções ambientais, como as Metas de Aichi (vinculadas à Convenção sobre Diversidade Biológica), as Contribuições Nacionalmente Determinadas (vinculadas à Convenção Quadro sobre Mudança do Clima), mas essas são amplamente conhecidas. O mais importante é reforçar o elo entre formação e mudança social, que somente ocorrerá se houver o engajamento e a mobilização de atores, fortalecendo iniciativas que, se integradas, têm mais chances de efetivo impacto.

Considerações finais

Procuramos apontar tópicos para a reflexão sobre o papel da formação de agentes ambientais no contexto que considere os principais desafios nacionais, sob a perspectiva socioambiental. Nossa intenção, com isso, era vincular capacitação e políticas públicas, aumentando o êxito de medidas que verdadeiramente se conectam a problemas que afetam tanto o meio ambiente quanto a camadas mais vulneráveis da sociedade. Em hipótese alguma – convém finalmente ressaltar – ressaltamos que a capacitação deva abandonar os assuntos tipicamente ambientais, até porque não faria sentido. Ocorre que esses já fazem parte do conteúdo programático convencional.

O processo de formação para a Gestão Colaborativa

Paulo Roberto Russo

Sobre o autor

Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é Coordenador Geral de Gestão Socioambiental do ICMBio. Atua na promoção e conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental por meio do envolvimento da sociedade na gestão das Unidades de Conservação no contexto sociopolítico, em diferentes escalas. Tem experiência na criação e desenvolvimento de Projetos Socioambientais em âmbito federal visando a conservação da natureza.

Uma das estratégias mais adotadas mundialmente para a proteção da biodiversidade e manutenção de seus serviços ambientais tem sido a criação de “áreas protegidas”, recortes territoriais assegurados por instrumentos legais definindo um nível de cuidado especial decorrente de algum atributo específico, estabelecendo, por conseguinte, um regime diferenciado de uso do espaço e dos recursos naturais.

Há no mundo uma grande variedade de nomes com que as áreas protegidas são denominadas. Com o objetivo de melhorar a comunicação entre os diferentes atores relacionados com sua gestão a União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN busca a formulação de uma definição de área protegida que seja aceita internacionalmente e que sirva de ponte entre os meios científico e político. Essa definição é dinâmica e vem se modificando desde a década de 1960 e, atualmente, tem a seguinte redação: “Uma área protegida é um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros

igualmente eficazes, com o objetivo de garantir a conservação a longo prazo da natureza, juntamente com os serviços ecossistêmicos e os valores culturais associados”¹.

Na legislação brasileira não há um conceito único para área protegida, sendo um termo adotado em diferentes contextos e com significados específicos. Para as áreas protegidas cujo propósito é a proteção da (socio)biodiversidade, ecossistemas e paisagens, é empregado o termo “unidade de conservação da natureza”².

Cabe salientar que outras áreas protegidas assim consideradas pelo arcabouço jurídico brasileiro também podem se traduzir em importantes estratégias para a conservação da diversidade biológica. Terras indígenas, assim como as unidades de conservação, são áreas protegidas, sendo as primeiras definidas pela Constituição como bens da União, inalienáveis e indisponíveis, destinadas à posse e ao usufruto exclusivo das comunidades indígenas. As Terras Indígenas têm se mostrado uma eficiente barreira contra o desmatamento na Amazônia. Portanto, é mais do que oportuno promover a sinergia entre as diferentes formas de conservação da natureza.

Atendo nossa análise somente ao contexto das unidades de conservação, um dos principais desafios no Brasil é prover essas áreas com pessoal qualificado para seu gerenciamento. A proteção efetiva pressupõe a presença ativa e permanente de pessoas capacitadas auxiliando nos diversos processos relativos à gestão das unidades de conservação.

Historicamente, em diversos países, tem aflorado a figura desse profissional, o “guarda-parque”. Agentes capacitados para o trabalho de campo, atuando em muitos casos como patrulheiros e administradores de áreas protegidas, não integrando necessariamente os quadros do Poder Público. Para cada país, para cada realidade, o guarda-parque

1 <https://www.iucn.org/theme/protected-areas/about>

2 A Lei no. 9.985, de 18 de julho de 2000 defini unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

assume um determinado perfil. Independente das diferenças, algo une essas pessoas distribuídas pelo globo, como seu amor e sua dedicação em proteger a natureza.

Qual o perfil mais apropriado para o Brasil?

Um país megadiverso que se traduz em diversas paisagens naturais e culturais.

Como proteger uma realidade tão plural?

É necessário compreender que o conceito de proteção deve superar o entendimento de uma fiscalização ostensiva. Esta é necessária, mas como parte de um processo mais amplo que considere:

- Territorialidades;
- As relações estabelecidas entre as unidades de conservação e as comunidades locais ou construídas com outros grupos estratégicos;
- As articulações entre esses atores sociais; e
- A instalação de canais de diálogo entre Estado e Sociedade.

Para o atendimento a tamanha complexidade fica evidente a necessidade estratégica de trazer para a gestão das unidades de conservação pessoas das comunidades locais.

Esses comunitários e comunitárias vêm atuando desde longa data na gestão das unidades de conservação, muitas vezes mudando somente a “forma” de sua atuação. Ora contratados como vigilantes patrimoniais, ora como brigadistas, e até mesmo de forma voluntária, vão contribuindo nos mais diversos processos.

São pessoas que possuem o conhecimento quase inato do território que habitam, do território que vivem, do território onde estão situadas as unidades de conservação das quais passam a ser seus guardiões. Sabem como transitar em segurança pelas matas e pelos meandros

dos rios repletos de obstáculos que somente olhos treinados pelo dia-a-dia podem ter. Pessoas cuja leitura do território pode revelar questões que devem ser priorizadas pela gestão das unidades de conservação, otimizando tempo e recursos públicos.

Tamanha gama de conhecimentos e conjunto de habilidades é imprescindível para a uma gestão que se deseja efetiva. Mesmo que no Brasil não haja ainda uma estratégia bem definida de como absorver o guarda-parque comunitário enquanto um profissional nas diversas escalas e esferas de gestão, existem pessoas que já estão inseridas auxiliando no cotidiano das unidades de conservação. Muito mais do que um reforço de pessoal, são militantes em prol da conservação da Natureza. São pessoas estratégicas na abertura de canais de diálogo com as comunidades.

Esse é o perfil que esta iniciativa acredita e defende. Um guarda-parque comunitário. Pessoas cujo processo de inserção na gestão de uma unidade de conservação não deve excluir todas as qualidades supracitadas por se basear num eventual modelo de seleção descontextualizado, focado numa formação escolar/técnica e não na vivência. Pessoas que mesmo ainda não podendo assumir enquanto “profissão”, vêm exercendo o papel que cabe a um guarda-parque.

Quais são competências mais desejáveis para a gestão desses territórios?

Para isso é de suma importância a necessidade de processos formativos direcionados a este público. Esta afirmação não entra em contradição com o que já foi dito. Principalmente, quando os processos formativos têm como premissa o diálogo de saberes e o fortalecimento político de um coletivo que esteja mais bem instrumentalizado para lutar pelo reconhecimento e internalização dos guarda-parques comunitários no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. É necessário que no Brasil seja implantada uma cultura sólida de cuidado com as unidades de conservação através da contratação, formação e atuação de guarda-parques comunitários.

Enfim, mais do que uma formação tecnicista, os processos formativos devem qualificar comunitários e comunitárias em instrumentos de gestão territorial, auxiliando assim, no seu empoderamento enquanto mais uma estratégia de ampliação da participação social na gestão das unidades de conservação. Essa concepção metodológica se alinha no caput do art. 225 da Constituição, que diz *“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*. Portanto, também cabe à *“coletividade”* a responsabilidade pela gestão ambiental de seus territórios. Para isso, tornam-se necessários processos formativos para qualificar grupos sociais para este desafio.

Agregar às equipes gestoras o guarda-parque com este perfil, além de aproximar ainda mais a comunidade da gestão das unidades de conservação, também amplia a geração de renda local, o que representa a melhoria na qualidade de vida das famílias e na forma como essas áreas protegidas são percebidas.

02

POR QUÊ E PARA QUE GUARDA-PARQUES?

Oswaldo Alfonso Barassi Gajardo

Sobre o autor

Engenheiro Florestal, Mes-trando em Desenvolvimento Sustentável, Pós-gradua-do em gestão ambiental e Especialista em manejo de áreas silvestres protegidas. Foi Guarda-parque e Diretor da Reserva Nacional Altos de Lircay e do Parque Nacional Radal Siete Tazas no Chile. No Brasil trabalhou em ações de capacitação para Guarda-parques e fortalecimento de associa-ções. Atualmente trabalha no WWF Brasil como Ge-rente de Projetos do Pro-grama de Conservação da Amazônia, na sede central em Brasília, sendo respon-sável pelo planejamento estratégico, monitoramento e avaliação. Assim como de projetos de visam o aumen-to da efetividade de gestão de várias unidades de con-servação do Brasil.

Parece fácil responder a esta simples per-gunta, mas para chegar a um real entendi-mento do “por que” e do “para que”, qual-quer sistema de áreas protegidas no mundo precisa dessa figura de conservação re-presentada pelo guarda-parque. Antes de tudo, é fundamental conhecer sua história, seu contexto de trabalho, suas funções e conhecer os depoimentos de pessoas que estão ou estiveram na linha de frente da con-servação dessas áreas, que são de grande importância para a humanidade.

O objetivo dessas linhas é de trazer uma abor-dagem holística da importância dos guarda-parques para o presente e o futuro não só das áreas protegidas ou unidades de conser-vação (UCs), como são conhecidas no Brasil, mas também das pessoas.

História dos guarda-parques e das primeiras áreas destinadas à conservação

É possível dizer que, com o estabelecimento das primeiras áreas de conservação, começa a emergir a insubstituível função de guarda-parque. Provavelmente, os primeiros assentamentos das culturas indígenas, que fizeram uma utilização muito prudente e racional dos recursos naturais, precisavam manter as pessoas conectadas para cuidar desses espaços.

As Áreas Silvestres Protegidas (ou UCs) constituem uma das principais ferramentas para a conservação de diferentes espaços naturais e culturais. Instrumentos criados pelo ser humano, elas encontram-se relacionadas diretamente com aspectos históricos da civilização. Desde muitos anos atrás na história da humanidade o sentido de proteger áreas consideradas como “especiais” tem sido de interesse para a preservação das tradições e da cultura, como aconteceu em algumas comunidades do Pacífico e regiões da África. Há mais de 2 mil anos, áreas na Índia já eram consideradas como espaços de interesse para a proteção, um Decreto Real do Imperador Asoka no ano 250 AC, estipulava ações de proteção para a fauna e flora da região. Na Europa, no entanto, por mais de mil anos, já se destinavam “reservas para caça”

O ser humano, desde suas primeiras organizações, observa a conveniência de estabelecer ações para proteger alguns componentes do meio natural que eram funcionais a sua sobrevivência. Algumas comunidades proibiam a pecuária e o desmatamento com a finalidade de assegurar o abastecimento de água para as terras agrícolas dos vales. Em outros casos, se protegiam determinadas espécies de flora e fauna para obter insumos medicinais.

Essas práticas culturais em diferentes partes do mundo se constituíram nas primeiras medidas conservacionistas do ambiente natural e levaram, em muitos casos, ao estabelecimento das primeiras reservas naturais. Um exemplo são os parques florestais do Leste da China, criados há muitos séculos para a exibição e propagação de determinadas espécies florestais.

Quando pensamos nas primeiras áreas protegidas com modelos e objetivos de gestão similares as atuais, nos remontamos a inícios do século XIX. Se presume que no início de 1800 já se falava sobre a impor-

tância e conveniência de estabelecer áreas onde o homem e a natureza coexistissem em equilíbrio. Pouco a pouco as sociedades foram reconhecendo a necessidade de restringir o uso humano de determinadas áreas geográficas, permitindo somente o uso recreativo e educacional.

O primeiro Parque Nacional criado no mundo foi o *Yellowstone*, designado por lei nos Estados Unidos, no ano 1872. Esse parque se tornou realidade graças aos expedicionários que o descobriram e, impressionados pela sua beleza natural, fizeram pressão ao governo para proteger a área para futuras gerações.

No entanto, pouco antes da criação do *Yellowstone* em 1864, foi criado o Parque Estadual *Yosemite*, no estado da Califórnia. Posteriormente, no ano 1890, recebeu o título de “Parque Nacional”. *Yosemite* é ainda mais especial quando falamos dos primeiros guarda-parques da era moderna (no sentido da gestão das áreas protegidas, muito similar aos tempos atuais em determinados aspectos). Podemos afirmar que Galen Clark foi o primeiro guarda-parque de *Yosemite* e o primeiro do modelo atual de gestão.

Outra das primeiras reservas naturais de caráter moderno foi criada no ano 1885, mobilizações de grupos de artistas, considerando motivações estéticas da paisagem natural, conseguiram legalmente a proteção de um setor da Floresta de *Fontainebleau*, ao sul de Paris, França. Outro exemplo é a criação, nesse mesmo ano, do Parque Nacional *Banff*, localizado no Canadá.

O século XX foi marcado pelo incremento da quantidade e diversidade de tipo de reservas, parques e outras áreas protegidas no mundo. Desta forma, o papel do guarda-parque se torna ainda mais forte e importante. Hoje em dia, a grande maioria dos países tem adotado legislações para a criação de áreas protegidas. Em pouco mais de 50 anos o número de áreas protegidas teve um aumento explosivo, saindo de pouco mais de 9.000 áreas a inícios dos anos 60 a mais de 200.000 nos dias de hoje. Isto demonstra o interesse dos países em cumprir metas de criação de áreas protegidas propostas, embora ainda falte muito a ser feito para garantir sua efetividade de gestão.

As primeiras áreas protegidas da América Latina têm seu início no ano 1876, especificamente no México. Em relação aos parques nacionais similares ao Yellowstone, os primeiros foram criados na Argentina e no Chile na década de 1920.

No Brasil o interesse pela conservação de áreas naturais tem seus inícios que remontam ao período imperial, especialmente quando pensamos em modelos de conservação modernos, sem dúvida os povos indígenas presentes no Brasil têm liderado este processo de conservação de terras muito antes que isso.

As Florestas da Tijuca e das Paineiras, no ano 1861 foram destinadas como áreas protegidas pela sua importância na provisão de água para a cidade do Rio de Janeiro. É muito importante lembrar o papel de alguns pioneiros da conservação das áreas naturais do Brasil, como Andre Rebouças e Luís Felipe Gonzaga de Campos os quais influenciaram na criação de algumas áreas protegidas como Ilha do Bananal, Sete Quedas e a Reserva Florestal do Território do Acre, esta última em 1911.

Após a declaração e criação do Parque nacional do Itatiaia pelo presidente Getúlio Vargas no ano 1937 e a criação da seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal Brasileiro, se dá início a uma sequência de eventos de criação de novos parques, tais como os Parques Nacionais do Iguaçu e Serra dos Órgãos no ano 1939.

Considerando tais informações históricas, podemos deduzir que o trabalho dos guarda-parques é muito antigo; num primeiro momento, como cuidadores ou responsáveis do patrimônio natural, hoje como verdadeiros articuladores de muitas iniciativas, desde o desenvolvimento local sustentável até a educação ambiental.

Mas, o que são os guarda-parques?

Em palavras simples e considerando a complexidade do trabalho, podemos dizer que os guarda-parques são o principal instrumento de gestão para as UCs; são os profissionais preparados e capacitados para o trabalho dentro das áreas protegidas, executando atividades de conservação e preservação dos recursos naturais e culturais de um determinado local. Eles são o elo fundamental entre as políticas públicas e as comunidades locais das áreas protegidas onde desempenham seu trabalho.

A Federação Internacional de Guarda-parques (FIG) os define como “pessoas envolvidas nas práticas de preservação e proteção de todos os aspectos das áreas silvestres, históricas ou sítios culturais. Os guarda-parques promovem oportunidades recreativas e de interpretação ambiental de sítios, enquanto promovem relações entre as comunidades locais, as áreas protegidas e a administração da área”.

O guarda-parque e suas funções

A existência de profissionais capacitados para trabalhar dentro e, em alguns casos, fora das áreas protegidas é uma realidade na maioria dos países, existindo algumas diferenças relacionadas com as atividades diárias do profissional. Assim, por exemplo, existem guarda-parques que desempenham somente atividades de controle ou fiscalização e outros que executam todas as atividades necessárias no gerenciamento das áreas. Considerando a gama de atividades que o guarda-parque desempenha, podemos agrupar suas funções em várias categorias.

- O guarda-parque como agente transformador: uma das principais atividades realizadas é a aplicação de técnicas de educação ambiental ao ar livre, em centros de visitantes ou escolas, tentando sensibilizar e gerar mudanças transformacionais nas pessoas com a finalidade de alcançar uma maior valorização do nosso patrimônio natural e cultural. A interpretação ambiental, atividade feita em contato permanente com a natureza, permite que o guarda-parque se transforme em um elo ou uma ponte entre pessoas e natureza.

Nerivan da Silva da Conceição, guarda-parque do Parque Zoobotânico de Macapá e guarda-parque voluntário da Área de Proteção Ambiental (APA) da Fazendinha no Amapá, Brasil, descreve a relação com as pessoas por meio da educação ambiental: *“Hoje, para os guarda-parques do Brasil e do mundo, trabalhar com as pessoas na educação ambiental é como uma matéria do dia a dia em uma sala de aula de uma escola, uma função de enorme importância, repassando informações do meio ambiente e sensibilizando as pessoas sobre a importância da conservação. Hoje sentimos que a floresta está muito deteriorada, muito fragilizada e precisamos fazer algo. Ainda somos uma família de poucos guar-*

da-parques no Brasil, precisamos de muitos mais, o desafio é gigante. O papel do guarda-parque como educador ambiental dentro das unidades de conservação é uma pedra fundamental. Passar informações, conversar com os moradores de algumas áreas protegidas, tentar conscientizar as pessoas. Nosso dever é de conciliar o ser humano com a natureza; neste sentido, o papel do guarda-parques é de vital importância”.

- O guarda-parque e a comunidade: o trabalho direto e constante com as comunidades locais transforma o guarda-parques, em muitos casos, no agente público mais perto das pessoas. O guarda-parque está em uma posição privilegiada, servindo de ponte entre as necessidades das diferentes comunidades que vivem dentro ou fora das áreas e as oportunidades de desenvolvimento e suporte oferecidos pelas diferentes políticas públicas dos governos. Assim, é um elo entre os dois níveis e um planejador efetivo no desenvolvimento de vários projetos de desenvolvimento sustentável.

Quem descreve de forma muito preciosa esse vínculo é Fernando Porras Bustos, guarda-parques da Reserva Nacional Altos de Lircay, no Chile: *“Diálogo, compromisso e acordo. Três conceitos nos quais sua trilogia se manifesta, no entendimento e estratégia para a proteção do entorno e desenvolvimento contínuo e permanente das comunidades locais. Nos critérios citados, se fundem a confiança e o equilíbrio entre sociedade e natureza. Os guarda-parques são o nexo insubstituível dos citados mundos que convergem no nosso único espaço comum, a sagrada terra”.*

- O guarda-parque e a ciência: em muitos países, dependendo especialmente da categoria de manejo da área, os guarda-parques trabalham diretamente com pesquisas de campo, contribuindo para ações de pesquisa e com a ciência. Os guarda-parques, em alguns casos, ao viverem e trabalharem permanentemente dentro ou no entorno da Área Protegida, conhecem detalhes e lugares que os permitem ser excelentes pesquisadores de campo, desenvolvendo projetos de pesquisa ou apoio a pesquisadores em diferentes temas e aspectos relacionados com os ecossistemas florestais, aquáticos ou aspectos faunísticos e culturais associados à área.

- **O guarda-parque e a proteção dos recursos naturais e culturais:** um dos objetivos principais da existência de guarda-parques no campo é a proteção dos recursos naturais e culturais de uma determinada área. Os guarda-parques, por meio do patrulhamento contínuo e de ações de fiscalização realizadas, devem aplicar as leis ambientais, percorrendo as áreas a proteger e suas respectivas zonas de amortecimento. A finalidade é detectar possíveis atividades ilícitas como caça, pesca, extração de madeira, garimpo, grilagem, entre outras ações ambientais fora da lei que conflitem com os objetivos de conservação da área. Em alguns países, incluindo alguns estados do Brasil, os guarda-parques têm autorização de porte de arma de fogo para realizar suas funções de fiscalização.

Muitos guarda-parques são treinados no combate de incêndios florestais, evitando assim a extinção de muitas espécies biológicas.

- **O guarda-parque e a gestão da área que protege:** além de estar preparado para a gestão da área nos aspectos até aqui mencionados, outras funções que o guarda-parque cumpre são:

- i. **Controle de visitantes:** uma atividade permanente e de grande importância em unidades com visitação pública é o controle de visitantes. Ela permite o registro dos dados de cada visitante presente na área, conhecendo seus itinerários, relatando a eles as condições de acesso e precauções a ter em consideração durante a visitação. Um guarda-parque bem informado do local para onde se dirigem seus visitantes pode planejar, coordenar e executar efetivamente um resgate em caso de acidente ou perda, atingindo bons resultados na sua gestão.
- ii. **Informação turística e do meio ambiente natural e cultural:** os guarda-parques sempre mantem os visitantes informados sobre quais são os destinos mais importantes a serem conhecidos. Também fornecem informações detalhadas sobre os aspectos naturais e culturais existentes nas diferentes áreas protegidas nas quais realizam seu trabalho.

iii. Resgate, primeiros socorros e apoio às comunidades locais

e turistas em caso de desastres naturais: quando acontece um acidente ou evento catastrófico natural, os guarda-parques são os primeiros a implementar ações de resgate, além de cuidar dos feridos e aplicar técnicas de primeiros socorros. Em caso de perda de visitantes ou de emergência, devem organizar e executar o procedimento de busca e resgate.

iv. Construção e manutenção da infraestrutura das UCs (pontes, mirantes, trilhas, casas, centros de informação, dentre outras):

grande parte da infraestrutura existente em algumas áreas protegidas no mundo tem sido construídas e mantidas por guarda-parques qualificados para a concepção do desenho, da construção e da manutenção de infraestrutura.

Rick Smith, guarda-parque de várias áreas protegidas dos Estados Unidos e Ex-Presidente da FIG entre os anos 1980-1983, define claramente as funções do guarda-parque: *“O Guarda-parques deve conhecer bem a área na qual trabalha e deve poder se relacionar de forma adequada com as comunidades locais que influenciam no manejo da área. Ele é o embaixador da área e, por isso, seu papel é fundamental. Implica que o guarda-parque deve poder explicar aos usuários e habitantes locais os argumentos por trás das leis e políticas que protegem a área. Ele deve tentar criar aliados, não inimigos, dentre as pessoas que moram perto ou dentro da área. Os guarda-parques são os olhos e ouvidos da administração da área e são eles quem fazem os relatórios sobre qualquer mudança nos recursos naturais e culturais sob sua vigilância”.*

O guarda-parques e seus desafios: considerando a enorme gama de atividades que os guarda-parques realizam e o contexto natural no qual desenvolvem suas ações, é fundamental considerar os muitos riscos associados à sua profissão, que vão desde o encontro ou ataques de animais silvestres até serem alvos de caçadores furtivos ou garimpeiros. Porém, em muitos casos, os desafios dos guarda-parques vão além das questões diretamente ligadas às suas atividades: por exemplo, ficar longe das famílias por muitos dias (até 30 dias segundo casos na África); salários incompatíveis com a função; moradias e estruturas

físicas deficientes; falta de equipamentos, uniformes e treinamento. Ou seja, é evidente a ausência de condições mínimas e decentes para cumprir sua importantíssima função.

Para a guarda-parque Ana Carola Vaca, da Reserva da Biosfera Del Beni, na Bolívia, e ex-representante sul-americana da FIG entre 2009-2011, *“ser guarda-parque tem sido minha opção de vida. Como mulher, tem sido a decisão mais difícil que já tomei em 30 anos de carreira. Tentar fazer de um trabalho apostólico um ofício remunerado para conseguir viver é ainda mais difícil para uma mulher, mas os frutos colhidos têm sido a satisfação de ter cumprido a missão que Deus tinha guardado para mim: ter influenciado na mudança de atitude de milhares de pessoas com relação à natureza e conseguir vê-los viver de forma harmônica com o seu meio de vida”*. É o dever cumprido da primeira mulher guarda-parque da Bolívia. *“Como ex-presidente da Associação Boliviana de Agentes de Conservação (ABOLAC), lutei muito para reduzir o tempo de trabalho e aumentar os dias de folga. Consegui que fosse reconhecido o incremento salarial por antiguidade e 20% de adicional para os guarda-parques que trabalham nas fronteiras”*.

A diferença entre o número de guarda-parques homens e mulheres demonstra que ainda estamos longe de fornecer as condições mínimas para que mais mulheres no mundo exerçam a profissão. No Chile, por exemplo, de 450 guarda-parques do Sistema Nacional de Áreas Protegidas em todo o país, só 35 são mulheres. No caso da Bolívia não é muito diferente: de 300 guarda-parques das áreas nacionais, somente 18 são mulheres.

Muitas vezes se escuta que o guarda-parque é uma espécie em extinção, assim como menciona Ronald Mora, ex-guarda-parque de várias áreas da Costa Rica e ex-representante da FIG na América Central, *“os guarda-parques são nossa mais importante espécie; eles são a base fundamental na conservação da riqueza natural e cultural de nosso país. Evitemos sua extinção”*.

Considerando os desafios anteriormente relatados, não resta dúvida de que o trabalho da ECAM e de organizações parceiras para treinar

guarda-parques tem sido muito relevante. São mais de 400 profissionais já treinados no Amapá e a valorização da profissão continua firme e forte. De acordo com um dos idealizadores dos cursos e ex-guarda-parque do Uruguai, Marcelo Segalerba Bourdette, *“a formação e capacitação de guarda-parques é uma questão essencial e transversal para qualquer Sistema Nacional de Áreas Protegidas, considerando a grande importância da figura do guarda-parque e seu papel central como protetor dos valores ambientais e culturais a serem protegidos. Portanto, as entidades gestoras e contratantes de guarda-parques devem apostar fortemente na formação e capacitação contínua, como forma de melhorar e consolidar valores aceitáveis de efetividade de manejo e ir adaptando seus quadros de funcionários aos novos paradigmas e desafios de conservação”*.

- A grande família dos guarda-parques: um aspecto do qual não se tem dúvidas em relação ao trabalho dos guarda-parques é o fato de se sentirem parte de uma única família em nível global. A proteção da natureza e da cultura os une fortemente e este sentimento de união perpassa barreiras geopolíticas. Rick Smith relata, de forma muito clara, como se expressa esse sentimento: *“O que escutei muitas vezes de guarda-parques de diferentes países, em diferentes línguas, foi que ser parte da grande família de guarda-parques, por meio de sua associação local afiliada à Federação Internacional de Guarda-parques, era uma maneira de entender que não estão sozinhos, que outros colegas em outras partes do mundo sofrem dos mesmos problemas: falta de equipamento; supervisão deficiente; falta apoio público, ausência de seguros médicos; patrulhas realizadas de forma inadequada; ameaças de caçadores furtivos. Ter esse entendimento faz com que eles fiquem mais comprometidos com a sua missão de preservar o patrimônio natural e cultural sob sua custódia, sabendo que outros fazem a mesma coisa em outros cantos do planeta. Isto de certa forma me impressionou, mas, nos últimos tempos, eu mesmo entendi o que isto quer dizer: é que somos irmãos e irmãs, nos esforçando para atingir os mesmos objetivos”*.

A organização que permite que esse sentimento se mantenha vivo é a Federação Internacional de Guarda-parques (FIG), criada no ano

1992. Seu principal objetivo é empoderar os guarda-parques, apoiando as associações locais de cada país. Um dos seus propósitos é compartilhar conhecimentos, recursos e estabelecer uma plataforma de diálogo comum. A cada 3 anos é organizado um encontro mundial de guarda-parques. Atualmente, a FIG conta com membros de mais de 90 associações locais em mais de 50 países. O Brasil não está fora desse processo: atualmente 4 associações fazem parte da FIG: a Associação dos Guarda-parques do Amapá (uma das primeiras a se formar no Brasil), a Associação Brasileira de Guarda-parques (ABG) e a do Rio Grande do Sul, assim como a associação de guarda-parques indígenas APITICAXI, a primeira em sua categoria a ser reconhecida.

Então, por que e para que precisamos de guarda-parques?

Após entender aspectos históricos das áreas protegidas e guarda-parques, suas principais funções e desafios, fica muito claro que precisamos destes profissionais no mundo **porque** a degradação do planeta avança mais rápido que as iniciativas de proteção. Porém, precisamos manter o que temos de forma efetiva **para**, assim, garantir que os legados natural e cultural sejam perpetuados para as futuras gerações, sem privar as gerações atuais de um desenvolvimento sustentável que permita aproveitar os recursos naturais de maneira responsável.

Precisamos de guarda-parques **para** garantir às populações humanas a segurança hídrica, segurança alimentar e para preservar os ecossistemas naturais e a nossa própria história como civilização.

O ser guarda-parques é uma filosofia de vida, muitas vezes uma opção de vida, o ser e o estar guarda-parques é tudo, é vida!

Tal como Henry Thoreau escreveu: *“Fui para os bosques para viver de livre vontade, para sugar todo o tutano da vida... Para aniquilar tudo o que não era vida e para, quando morrer, não descobrir que não vivi!”*. Esta frase explica aqueles que exercem a profissão por filosofia de vida.

Não deixemos o guarda-parques se extinguir

Questões legais do Guarda-parque

A Regulamentação da profissão de guarda-parque no Brasil

Luiza Viana Araújo

Sobre a autora

Advogada e atua desde de 2007 na assessoria a povos indígenas e comunidades tradicionais, com o enfoque especial no fortalecimento associativo e capacitação em direitos socioambientais e políticas públicas. É pós-graduada em Mudanças Climáticas, Projetos Sustentáveis e Mercados de Carbono, pela Universidade Federal do Paraná, e assessorou juridicamente o Povo Surui no primeiro projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação em Terra Indígena no Brasil.

O direito humano ao meio ambiente ultrapassa a esfera do indivíduo. Sua defesa e garantia diz respeito ao gênero humano, afeta pessoas, grupos sociais, sociedades e o planeta como um todo. A Constituição Federal reconhece este direito fundamental ao prescrever, em seu Artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A regulamentação da profissão de guarda-parque pode ser forte instrumento para que o Poder Público caminhe no cumprimento do seu dever constitucional de defesa e proteção. Dever que também foi imposto à coletividade, mas que pressupõe o direito desta à participação e representação nos espaços públicos de discussão dos diversos grupos sociais que vivem hoje dentro e no entorno de UCs.

A atuação das comunidades locais, residentes das unidades de conservação e do entorno, tem reflexos diretos na proteção ambiental. O

conhecimento do uso racional e equilibrado dos recursos naturais que permeia a relação dessas comunidades com o território, da sua realidade socioeconômica, cultural e ambiental e do processo de resistência às violações de direitos é indispensável à construção de um planejamento integrado para além do exercício da ação fiscalizatória do Estado.

Discutir a regulamentação da profissão passa, portanto, pela garantia de acesso a esse público e, conseqüentemente, pelo “agir local”. Inúmeros comunitários estão envolvidos hoje em ações de conservação, no controle e combate a incêndios, entre outras atividades para o equacionamento de demandas recorrentes nas áreas protegidas.

É um trabalho que não pode ser ignorado e que vem sendo incorporado pelo Poder Público através de contratações temporárias, que se apresentam como uma solução intermediária e paliativa para problemas ambientais que são estruturais e demandam soluções de longo prazo. Recentemente, foi editada a Medida Provisória 809/17, sendo convertida na Lei nº 13.668/18 que alterou o Artigo 12 da Lei nº 7957/89. O período de contratação de pessoal por tempo determinado foi ampliado de 180 dias para 2 anos, sendo admitida a prorrogação por 1 ano.

As contratações por tempo determinado ocorrem no caso de excepcional interesse da Administração Pública. Os contratados por meio de processo seletivo simplificado exercerão as seguintes funções:

I - prevenção, controle e combate de incêndios florestais;

....

III - controle e combate de fontes poluidoras imprevistas e que possam afetar a vida humana, a qualidade do ar e da água, a flora e a fauna;

IV - apoio em ações de conservação, manejo e pesquisa de espécies ameaçadas ou que possuam Plano de Ação Nacional, em caráter auxiliar;

V - apoio a projetos de preservação, uso sustentável, proteção e apoio operacional à gestão das unidades de conservação, em caráter auxiliar;

VI - apoio à identificação, à demarcação e à consolidação territorial de unidades de conservação; e

VII - apoio a ações de uso sustentável, monitoramento, manejo e pesquisa de espécies nativas de interesse econômico, em caráter auxiliar¹.

O ICMBio, sob a nova regulamentação, abriu edital em janeiro de 2018 para contratação de brigadistas e chefes de brigada, uma vez que o enfoque é a prevenção, controle e combate a incêndios florestais. Trata-se de arranjo jurídico estruturado pelo Poder Público Federal para garantir um quantitativo maior de pessoas atuando nas unidades de conservação, ainda que por períodos limitados e havendo necessariamente um rodízio, uma vez que, após o período de contratação, a pessoa não poderá ser selecionada novamente por um período de dois anos.

Hoje em âmbito federal, existe o projeto de lei que regulamenta a profissão de guarda-parque (PL n° 7276/14) que, em seu Artigo 2°, conceitua guarda-parque como:

Art. 2° - Considera-se Guarda-parque aquele que exerça a profissão em caráter habitual e regular, nas áreas dos parques de preservação ambiental e nas demais categorias de unidades de conservação, que trabalha em equipe nas empresas privadas, órgãos públicos, sociedades de economia mista ou entidade não governamental como empregado contratado e/ou por concurso, bem como os profissionais autônomos e/ou voluntários habilitados nos termos desta Lei.

Segundo o projeto de lei acima, trata-se de uma profissão que pode ser exercida tanto no âmbito do poder público quanto por contratações no âmbito privado, ou ainda de maneira autônoma ou voluntária. Não são estabelecidas as diferenciações entre as funções exercidas em cada uma das formas de contratação, ao contrário, estabelece as atribuições para guarda-parques que atuarão em “áreas de par-

1

Artigo 12 da Lei n° 7957/89.

ques de preservação ambiental e demais categorias de unidades de conservação”, que podem abranger tanto as áreas públicas quanto as áreas privadas. O emprego do termo “parques de preservação ambiental” também denota a desconsideração de termos jurídicos constantes nas leis ambientais em vigor.

Seguindo a problemática da falta de coesão com as demais normas, as atribuições e atividades previstas para os guarda-parques são bastante assemelhadas, quando não idênticas, a outros cargos já existentes na Administração Pública Federal, em especial no ICMBio. Nesse sentido, cabe também mencionar aqui o Artigo 3º do projeto de lei:

Art. 3º - O Guarda-parque desenvolve atividades de promoção da educação e interpretação ambiental, preservação do meio ambiente, controle e vigilância, pesquisa e monitoramento, planejamento e gestão integral nas áreas dos parques de preservação ambiental e nas demais categorias de unidades de conservação, fiscalização e defesa no combate contra os crimes ambientais, conservação e manejo dos recursos naturais, manutenção da infraestrutura e o relacionamento comunitário nas áreas de sua circunscrição.

Essa ausência de sinergia passa a impressão de que o projeto de lei percorre um caminho solitário em direção à regulamentação, o que pode culminar na sua não aprovação ou em um contexto futuro de insegurança jurídica sobre a sua legalidade.

Portanto, constata-se que a discussão sobre a regularização da profissão e sua efetivação necessita ainda de aprofundamento, não olvidando as normas e regulamentações já existentes, ainda que refletindo sobre a sua eficácia e efetividade. Seria importante que fosse oportunizado um espaço para discussão, com a participação de representantes das entidades da Administração Pública, do Poder Legislativo e da sociedade civil, para que esses contrapontos fossem feitos, com a finalidade de vislumbrar soluções que promovam o envolvimento das comunidades na gestão das unidades de conservação.

03

OS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS CURSOS

Cristiane Rodrigues Menezes Russo
Zara Faria Sobrinha Guimarães
Ivan Machado de Vasconcelos
Nayara Araújo da Silva
Paulo Roberto Russo

Sobre os(as) autores(as)

Cristiane Rodrigues Menezes Russo

Doutora em Educação em Ciências e Matemática pela UFMT /REAMEC. Docente vinculada ao Núcleo de Educação Científica do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília. Possui experiência em Projetos de Conservação Ambiental e Políticas Públicas voltadas para o Meio Ambiente. Atua nas áreas de Educação Ambiental e Ensino de Botânica, e na formação continuada de professores e na Educação não Formal.

Zara Faria Sobrinha Guimarães

Doutora em Educação. Docente vinculada ao Núcleo de Educação Científica do

A opção metodológica dos cursos de guarda-parques

A metodologia utilizada para os cursos de formação de Guarda-parque (GP) segue um modelo andragógico de ensino voltado para a educação de adultos. O método parte do preceito de que o adulto/aprendiz já possui uma carga de conhecimentos, que pode e deve ser utilizada durante as trocas de experiências teóricas e práticas vividas ao longo da formação.

Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Educação, ensino de Zoologia, e na área de Educação Ambiental escolarizada e em comunidades de projetos de assentamento. Atualmente desenvolve pesquisas na área de Educação Ambiental no contexto escolar e investigações sobre o uso de modelos e modelagem no Ensino de Ciências.

Ivan Machado de Vasconcelos

Formado em Biologia, analista ambiental do ICMBio no estado do Amapá, com experiência em gestão de Unidades de Conservação e processos educativos.

Nayara Araújo da Silva

Cientista Ambiental pela Universidade Federal do Amapá, atua como consultora no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT-ICMBio) desenvolvendo trabalhos de mobilização, logística e acompanhamento de conselhos consultivos. Atuou no Projeto “Capacitar para Conservar” como monitora pedagógica dos cursos de formação de guarda-parques.

Ao contrário do que ocorre na educação tradicional, o modelo andragógico¹ de ensino considera a cooperação e o voluntariado como pontos fundamentais. O método permite a troca de informações, adaptações de caráter pedagógico e o compartilhamento de conhecimentos vivenciados com a turma e com os instrutores, por meio da criação de espaços de discussão.

Nesse sentido, buscou-se metodologias que promovessem a aprendizagem ativa, na qual o cursista deve se engajar de maneira ativa na aquisição de conhecimento. Assim, quando os esforços e as atenções estão voltados para a solução de problemas do cotidiano, o nível de interesse, de concentração e a capacidade de aprender aumentam.

Para introduzir o conceito de aprendizagem ativa é oportuno lembrar de um provérbio chinês, escrito pelo filósofo Confúcio (século VI a.C): “O que eu ouço, eu esqueço; o que eu vejo, eu lembro; o que eu faço, eu compreendo”. Esse pensamento tem relação direta com o tipo de prática pedagógica abordado.

Os instrutores atuaram como o elo entre as necessidades de aprendizado e as possibilidades de supri-las, por meio de técnicas de aprendizado diferenciadas e adequadas ao contexto dos cursos que tinham como principal objetivo capacitar comunitários para trabalhar em prol das áreas protegidas, como

¹ Na Andragogia o aluno e seus conhecimentos são o centro da aprendizagem. O instrutor é uma ponte entre o aluno e o conhecimento, agindo como um facilitador.

atividades práticas em áreas abertas, trilhas interpretativas, círculos de diálogo e vivências em áreas protegidas.

Um novo ciclo de cursos de formação de guarda-parques no Amapá

No estado do Amapá, havia uma longa experiência na formação de guardas-parques, que inclusive deu corpo para a criação da Associação de Guardas-parques do Amapá (AGPA) em 2006. Após um hiato de vários anos sem cursos, a parceria firmada entre a Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a AGPA viabilizou um novo ciclo de formação voltado principalmente para pessoas que já tivessem relação com a gestão das Unidades de Conservação (UCs) do estado, em especial os comunitários do interior e do entorno dessas.

No início do projeto, algumas oficinas com os parceiros e possíveis instrutores (Figura 1) foram realizadas para a construção de um novo modelo de curso (Figura 02). Construiu-se um quadro de módulos do Curso (Figura 3) onde se identificou os principais temas geradores relacionados ao processo de gestão de unidades de conservação e as estratégias didáticas mais condizentes para que os cursistas estivessem devidamente instrumentalizados e apresentassem autonomia para propor a superação de problemas e a melhoria na forma de gerenciar esses espaços naturais.



FIGURA 1 - Palestra da Pedagoga Daurileia Vieira (ICMBio) na oficina de Planejamento do Curso de Formação de Guarda-parque.



FIGURA 2 - Quadro os temas selecionados para a Matriz do Curso de Formação de Guarda-parque.

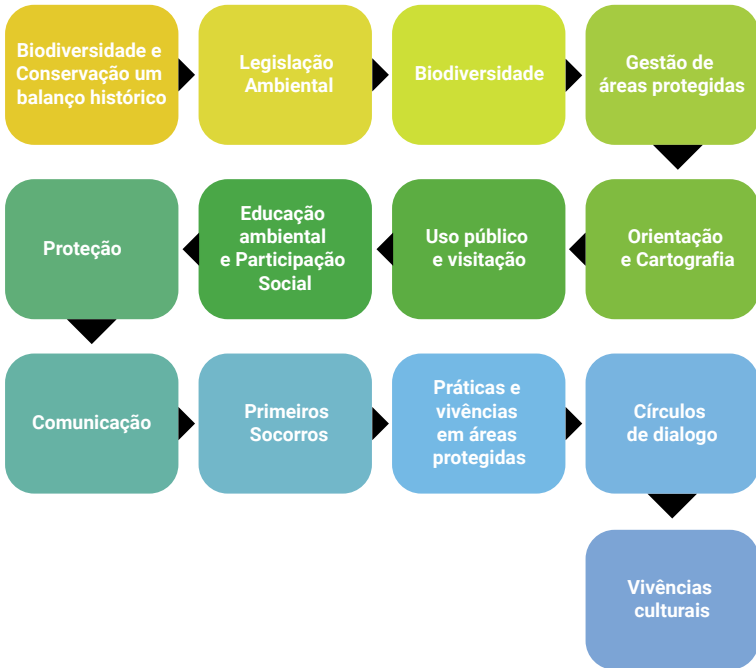


FIGURA 3 - Quadro dos módulos do Curso de Formação de Guarda-parque.

Tais oficinas também se constituíram em oportunidades para o intercâmbio de experiências, planejamento, a formação dos instrutores e a elaboração dos planos de aula de cada tema gerador. Seguindo o delineamento metodológico da Andragogia, foram adotadas as mais diversas técnicas de aprendizagem, como exposição oral, aula dialogada, apresentação de slides, exposição de vídeos, círculos de diálogo, práticas individuais e em grupo. Também foram oportunidades para que as instruções fossem construídas de forma a dialogar entre si, fazendo do curso um processo contínuo de formação.

Dentre as inovações mais importantes desse novo ciclo do curso, estava a visão do papel dos guardas-parques na gestão de áreas protegidas, trazendo maior diversidade de instruções que abordavam temáticas mais práticas e voltadas para tarefas do dia-a-dia da gestão (como manutenção de motores e radiocomunicação), mas também discussões mais teóricas, pensadas como uma forma de preparar os cursistas para serem gestores de seus territórios.

Outro momento importante do curso foi a vivência dentro de uma Unidade de Conservação Federal do estado, com o intuito de criar uma oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos. A imersão nesse ambiente poderia facilitar várias reflexões sobre a importância das áreas protegidas e o papel dos guardas-parques (GPs). Nos dois primeiros cursos, essa etapa foi realizada no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque²; nos outros quatro, na Estação Ecológica do Jari³ (Figura 04).

Desde o início, foi estabelecido um sistema de monitoramento e avaliação do curso, que conseguiu identificar várias necessidades de alteração de planejamento e pedagógico ao longo do projeto, motivando a coordenação a sempre melhorar o curso em diversos aspectos. Algumas técnicas foram utilizadas para que os cursistas, os instrutores e a coordenação pudessem avaliar os cursos.

2 Maiores informações em <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/1990-parna-montanhas-do-tumucumaque>

3 Maiores informações em <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/1920-esec-do-jari>

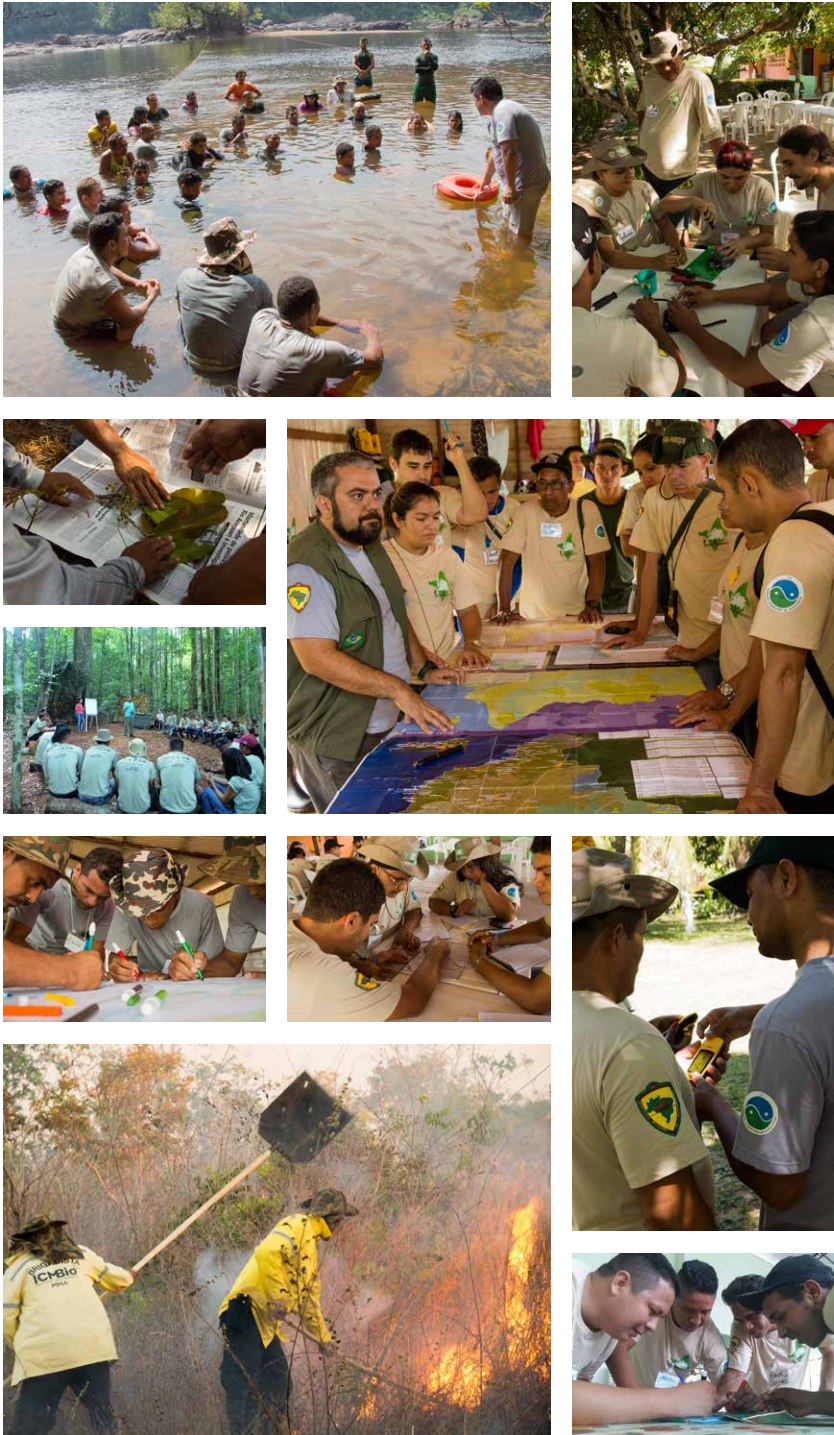


FIGURA 4 - Curso de Formação de Guarda-parque.

No caso dos instrutores, relatórios de instrução eram preenchidos ao final da execução dos seus temas. Neles, os instrutores deveriam comentar sobre o andamento da aula, por meio de alguns itens como: atividades programadas, resultados obtidos, dificuldades encontradas e sugestões para melhorar a execução de suas atividades.

Os cursistas avaliavam cada instrução por meio da “Estrela de Avaliação” (Figura 05), onde eram avaliados cinco aspectos: aula, instrutor, tema, participação da turma e individual.

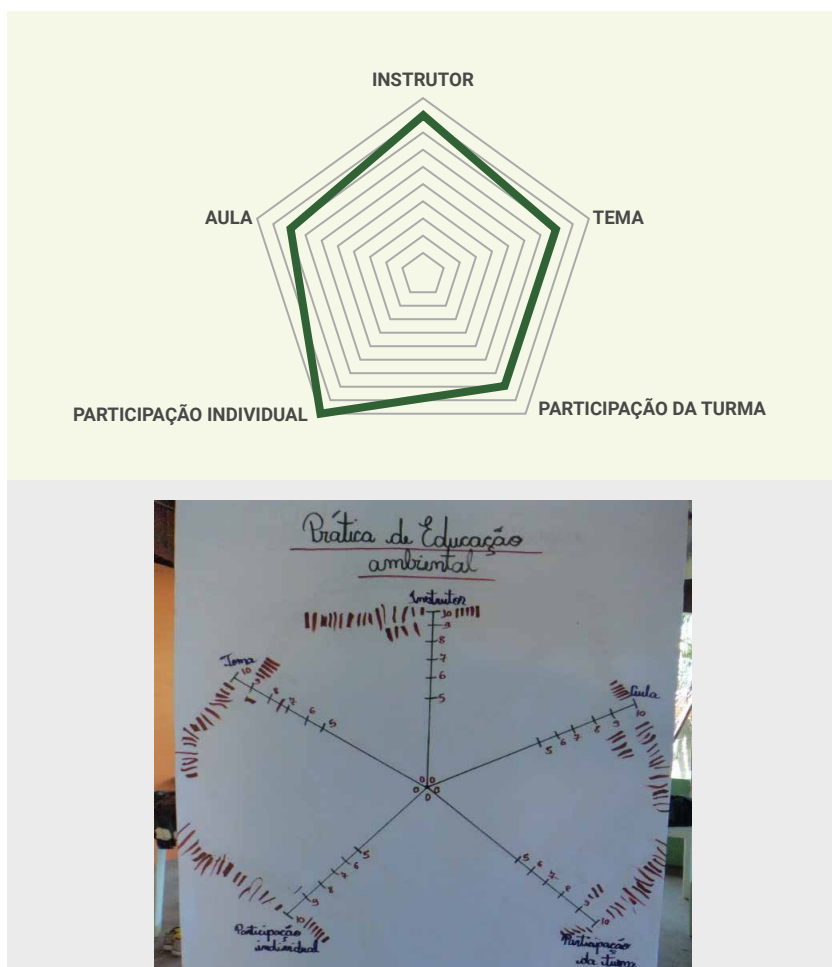


FIGURA 5 - Diagrama ilustrativo da Estrela de avaliação pós-aula de cada módulo temático do Curso de Formação.

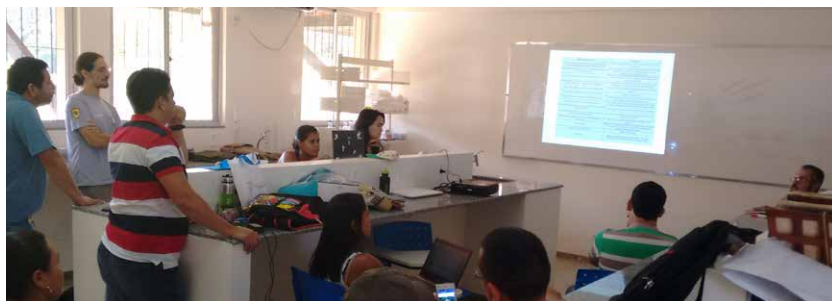


FIGURA 7 - Reunião do Conselho de Classe na UNIFAP.

Assim, podemos indicar várias transformações que o curso passou ao longo das seis edições realizadas em três anos de projeto. Inicialmente, a matriz de conteúdo do curso foi organizada em módulos, nos quais as instruções que possuíam temas relacionados eram realizadas próximas umas das outras. No entanto, notou-se a necessidade de encontrar um outro fio lógico, no qual as primeiras instruções formassem competências necessárias para as seguintes. Por exemplo, que os cursistas aprendessem usar GPS no início do curso para utilizarem essa ferramenta em instruções posteriores (Figura 08).

Várias temáticas novas foram propostas ao longo do curso e várias adequações já existentes eram implementadas, principalmente referentes à carga horária e posição na matriz. Assim, novos instrutores foram chamados para participar do projeto e as reuniões realizadas antes dos cursos também tinham papel de alinhá-los com a proposta andragógica do curso.

Essa busca por novos instrutores teve como diretriz a diversificação das instituições e pessoas envolvidas. Os objetivos foram fortalecer e divulgar o projeto e, principalmente, aumentar a conexão entre o grupo de guardas-parques (já formados e em formação) com outras organizações no estado. O fortalecimento da rede de parceiros para a gestão da UC e para o corpo de guarda-parques foi considerado como um importante resultado dos cursos, tendo efeitos para além do período do projeto.

Para finalizar, dedicou-se atenção especial à participação dos integrantes da AGPA na coordenação do curso. Realizada de forma gradual, os guardas-parques já formados foram se responsabilizando cada vez mais pela organização do curso ao longo do tempo (Figura 9).

CRONOGRAMA DO 6º CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDA PARQUES		
13 de novembro à 02 de dezembro de 2017		
DIA	HORA	ATIVIDADE
01	14 às 17 h	Credenciamento e entrega de materiais
	17 às 19 h	Cerimônia de abertura
	20 às 22 h	Apresentação do curso e do termo de conduta
02	08:30 às 12 h	Cartografia básica
	14 às 18 h	Noções de GPS
	20 às 22 h	Roda de conversa: Discussão de Gênero
03	08:30 às 12 h	Ecoturismo e Uso público
	14 às 18 h	Visita na APA da Fazendinha
04	08:30 às 12 h	História de ecologia
	14 às 18 h	Educação Ambiental
	20 às 22 h	Preparação para a prática de Educação Ambiental
05	08:30 às 12 h	Suporte Básico de Vida
	14 às 18 h	Resgate Aquático
06	08:30 às 18 h	Sustentabilidade
	20 às 22 h	Roda de conversa: O Papel dos Guarda-parques
07	08:30 às 18 h	Legislação Ambiental
08	08:30 às 12 h	Radiocomunicação
	14 às 18 h	Prática de GPS no Parque Zoológico
	20 às 22 h	Preparação para a prática de Educação Ambiental
09	08:30 às 12 h	Prática de Educação Ambiental
	14 às 18 h	Comunicação
	20 às 22 h	Combate a incêndios
10	08:30 às 18 h	Combate a incêndios
11	08:30 às 16 h	Manutenção em motor de popa
	16 às 20 h	Vigilância dos recursos naturais
12	08:30 às 18 h	Arqueologia
	20 às 22 h	Exibição de documentário
13	8:30 às 12 h	Flora (Teoria)
	A partir das 12 h	Preparação para a saída à Estação Ecológica Jari
14	06 às 07 h	Deslocamento para a Estação Ecológica Jari
15	08:30 às 12 h	Fauna (Teoria)
	14 às 18 h	Flora (Prática)
	20 às 02 h (16)	Resgate Terrestre
16	08:30 às 12 h	Fauna (Prática)
	14 às 18 h	Monitoramento da Biodiversidade
	20 às 22 h	Momento de avaliação
17	08:30 às 12 h	Monitoramento da Biodiversidade
	14 às 18 h	Gestão de Áreas Protegidas
	A partir das 20 h	Vigilância noturna
18	08 às 12 h	Visita à trilha da Cachoeira
	14 às 18 h	Técnicas de campo
19	08:30 às 12 h	Vigilância
	14 às 20 h	Encerramento e avaliação
		Noite Cultural
20	A partir das 08 h	Deslocamento para Macapá

FIGURA 8 - Cronograma das aulas da última turma do Curso de Formação.



FIGURA 9 - Atividades orientadas pelos GP.

Enquanto atuavam nas várias áreas necessárias para realizar uma capacitação desse porte, eles foram adquirindo experiência e se responsabilizando: logística, organização, mobilização, dinâmica do grupo de cursistas, coordenação pedagógica e instrutória. O grupo de participantes era constituído tanto de antigos integrantes da associação, como de novos integrantes formados nos cursos anteriores. Esse processo visava fazer com que o próprio grupo de guardas-parques se apropriasse de sua formação e, com a vivência e apoio das outras instituições parceiras, pudesse formar quadros que dariam continuidade ao fortalecimento da organização após a finalização do projeto.

Assim, após todo o processo e seis cursos de formação realizados, 131 cursistas foram capacitados (Figura 10), aumentando seus conhecimentos, adquirindo habilidades e fortalecendo a gestão das áreas protegidas do estado através da sua presença nas comunidades e nos quadros das UCs. O projeto também contribuiu com a consolidação da AGPA e abriu novas perspectivas para sua atuação no Amapá.

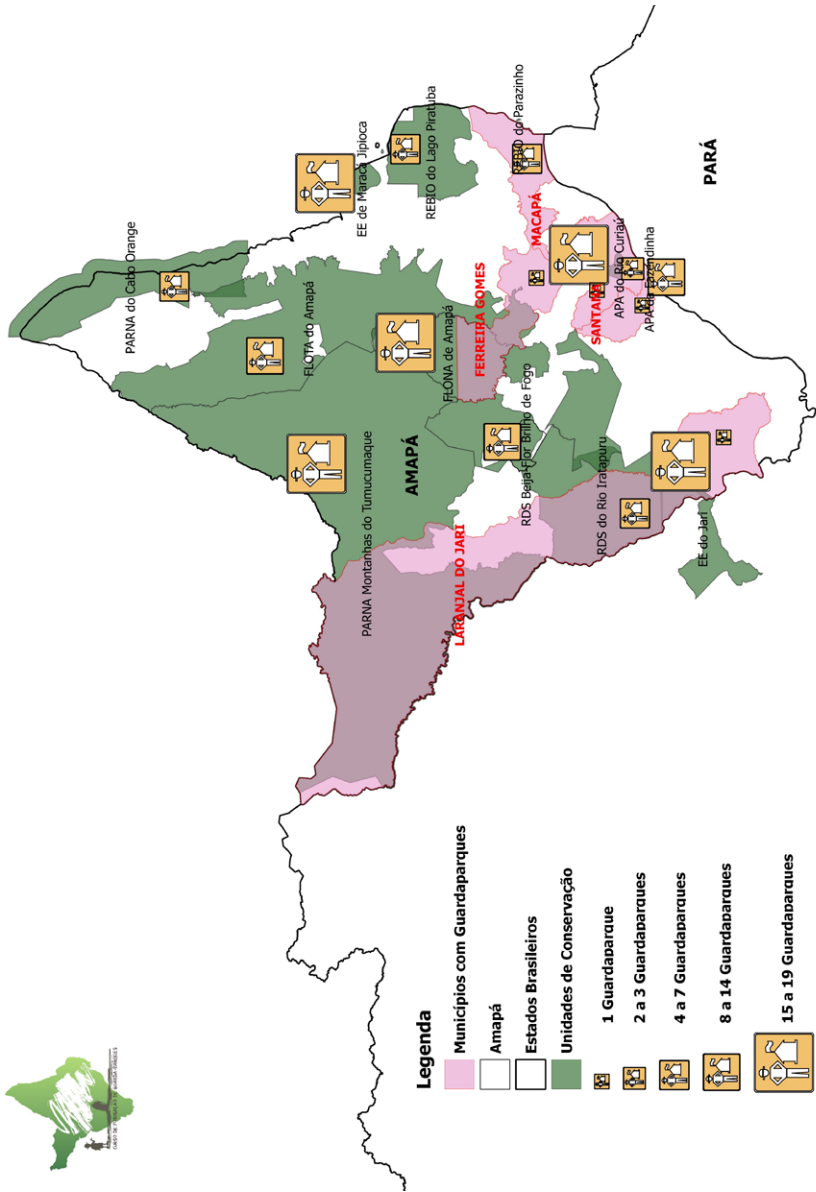


FIGURA 10 - mapa de distribuição dos guarda-parques formados pelos Cursos no Estado do Amapá.

A criação do Curso Intercâmbio de Experiências para a Gestão Territorial voltado para Guarda-parques

Para a construção pedagógica do curso, foi adotado como eixo norteador os objetivos do Projeto Capacitar para Conservar, partindo-se deste ponto e tendo como sujeitos do ato pedagógico os guardas-parques já formados em cursos anteriores. Assim, foi estabelecida a seguinte sequência: primeiro, fazia-se necessário o levantamento das questões, assuntos e temas mais proeminentes no universo de atuação dos guardas-parques e dos gestores; segundo, era preciso consultar especialistas nas temáticas identificadas para adequação dos conteúdos necessários e construção de objetivos, diretrizes e orientações para o curso; terceiro, a construção da proposta educacional do curso com a participação de seus possíveis instrutores.

Com o amadurecimento metodológico advindo das edições anteriores dos cursos de formação de guardas-parques, surgiu no grupo de instrutores envolvidos o entendimento de que apenas os conteúdos técnicos não eram suficientes para a concepção da identidade de guarda-parques. Ainda partindo da proposta de aprendizado ativa, passou-se a dedicar esforços na construção pedagógica e implementação de um novo formato de curso que contemplasse temáticas relacionadas ao planejamento estratégico, gestão de mosaicos territoriais, habilidades comunicativas/educativas e gestão de conflitos pertinentes à tomada de decisão em Unidades de Conservação da Natureza.

O objetivo do Curso de Intercâmbio de Experiência é possibilitar aos guardas-parques a formação que estimule a proatividade, no sentido de caracterizá-los como os protagonistas de processos educativos que envolvem ações comunitárias.



FIGURA 12 - Reunião Técnica para Construção das Diretrizes do Curso.

Nesse momento, ficou pactuado pelos participantes que os temas identificados nas respostas dos questionários seriam usados para a construção do curso e seriam denominados de “temas geradores” (Figura 13), considerando a possibilidade de estimular a construção conjunta, bem como uma estratégia para a ação entre guardas-parques formados pelo Curso de Formação de Guardas-parques e Gestores de UCs, mantendo, assim, a proposta andragógica de formação.

Na reunião, ficou definido como perspectiva central o fortalecimento da sinergia entre esses sujeitos, demonstrando um caminho para o efetivo aproveitamento dos potenciais funcionais e estimulando o pensar estratégico dos guardas-parques.

o perfil do guarda-parques desejado e, em seguida, à união dos 21 temas discutidos na reunião técnica em três grandes eixos: aspectos socioambientais, unidades de conservação e ferramentas pedagógicas.

Nessa ocasião, os instrutores foram separados em quatro grupos de trabalho (GT) a partir da seguinte pergunta norteadora: “o que, como e qual o tempo necessário para abordar esse conteúdo?”. Ao final, os GTs expuseram suas propostas pedagógicas (Figura 14).



FIGURA 14 - Apresentação das propostas didáticas dos grupos de trabalho na Oficina de Planejamento da Matriz do Curso.

A matriz pedagógica do Curso de Intercâmbio de Experiências ficou configurada com os seguintes módulos formadores: Unidades de Conservação, Gestão Territorial, Ferramentas Metodológicas, Participação e Comunicação, e Planejamento e Ações (Figura 15).



FIGURA 15 - Módulos temáticos do Curso.

Para melhor qualificar as discussões durante a oficina de planejamento, foi realizada uma mesa redonda, tendo como tema a importância da formação para a conservação da Amazônia. O objetivo era avertar possibilidades de mensuração dos impactos de projetos educacionais como o Capacitar para Conservar. Teve como palestrantes o Dr. Henyo Barreto Trindade (Docente do Curso de Antropologia/UnB), Dra. Denyse Mello (Pesquisadora do Centro de Estudos da América Latina – Universidade da Flórida), Mauro Pires (Representante Ministério do Meio Ambiente), e Sérgio Garrido (Representante da UICN), que apresentaram diferentes formas de governança para territórios. Na ocasião, aspectos de planejamento e avaliação foram debatidos (Figura 16).



FIGURA 16 - Palestrantes da Mesa Redonda.

Após a oficina, os instrutores elaboraram seus módulos com base no que havia sido discutido durante a oficina, idealizando seus planos de aula contemplando a tríade de construção: questões norteadoras, conteúdos teóricos e vivências. As questões norteadoras consistem em perguntas que orientam e direcionam o entendimento do que se quer como aprendizado; conteúdos teóricos versam sobre a definição dos pressupostos teóricos que envolvem a temática do módulo; por fim, vivências são as atividades práticas que valorizam o conhecimento prévio dos cursistas (Figura 17).

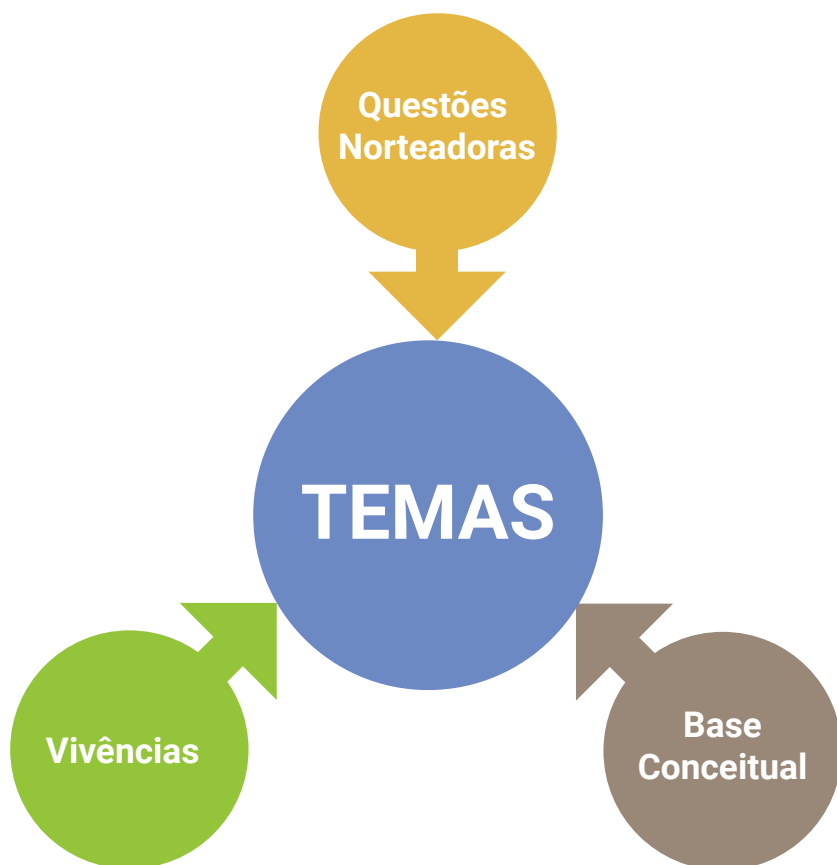


FIGURA 17 - Estrutura Didática dos Módulos Temáticos do Curso.

Dentre os módulos propostos no curso, podemos destacar o módulo de Participação e Comunicação, sendo um dos mais bem comentados no formulário de avaliação. Nele, os cursistas foram apresentados às ferramentas de comunicação que, apesar de aparentemente comuns no cotidiano, os cursistas não haviam se deparado com a construção delas antes do curso. A isso se deve a boa receptividade da turma ao tema proposto (Figura 17). Com esse tema, os cursistas puderam criar produtos de comunicação que foram veiculados em redes sociais e demais meios de comunicação. Alguns materiais produzidos pelos grupos foram adicionados à página do Facebook da Equipe de Conservação da Amazônia e estão disponíveis para visualização.



FIGURA 18 - Atividade do Módulo de Participação e Comunicação, entrevista para Tv local.

A estrutura do curso foi dividida em Fase Presencial (com duração de 7 dias, com carga horária de 56 horas) e Fase à Distância (com duração de 2 a 4 meses, com carga horária de 70 horas), totalizando 126 horas (Figura 19).

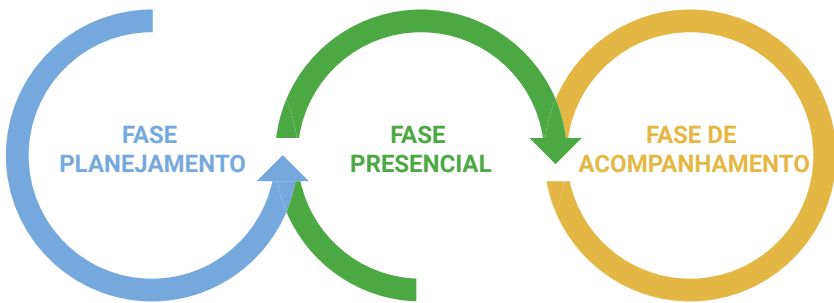


FIGURA 19 - Estrutura de Execução do Curso.

Na fase presencial ocorreram todos os módulos, e na fase a distância Como produto final de formação do curso, preconizava-se a confecção de um Plano Estratégico de Gestão Territorial (PEGT) pelos cursistas. O PEGT é o conjunto de proposições de ações/atividades de intervenção

no território de forma colaborativa, visando o desenvolvimento socio-ambiental (Figura 20).

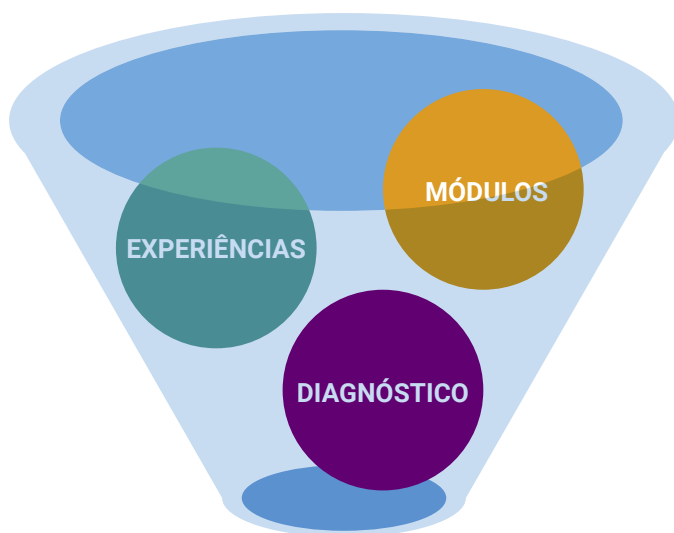


FIGURA 20 - Estrutura de execução do curso

Durante a Fase à Distância, os cursistas foram divididos em grupos para execução de diagnóstico e elaboração do PEGT, sendo acompanhados pelo sistema de tutoria⁴ com o auxílio de um assistente interdisciplinar, cuja função era a sistematização das demandas e do fluxo de informações e comunicação entre os grupos.

A Comissão de Tutoria era composta pela Coordenação Geral do Curso e por Instrutores, sendo responsável pelo desempenho de todos os grupos de trabalho, acompanhando a construção de diagnósticos, PEGT e relatórios provenientes de assistente interdisciplinar, referentes à ação de cada grupo. O assistente interdisciplinar era responsável por articular com os instrutores a necessidade de intervenção destes e repassar ao grupo as orientações para correção da dinâmica de trabalho, com a finalidade de tornar efetiva a produção de cada grupo.

4 O sistema de tutoria tem a intenção de promover a interação do cursista com o material didático e o instrutor, com a finalidade de acompanhar os cursistas, motivando sua aprendizagem, orientando e fortalecendo sua autonomia no desenvolvimento crítico sobre métodos, ferramentas e conceitos abordados no curso durante sua Fase Presencial.

Com a finalidade de guiar a Fase à Distância, foram elaborados documentos de orientação para a elaboração do diagnóstico e PEGT, apresentados no módulo de Planejamento e Ação da Fase.

As possibilidades de replicação dos cursos

A metodologia utilizada pode ser replicada, desde que mantido o público-alvo de comunitários e populações tradicionais moradoras do entorno ou das UCs. Os temas e módulos, de maneira geral, podem ser mantidos em sua base, adequando-se às especificidades e necessidades locais.

Para que o projeto seja replicado, é necessário que sejam seguidas algumas etapas, a fim de formar grupos estratégicos que são fundamentais para a execução, o monitoramento, a organização e o acompanhamento de todos os processos que envolvem os cursos de formação de guardas-parques (Figura 21).

Os desafios para a utilização da metodologia proposta é a formação de um grupo coeso que seja conhecedor de propostas metodológicas mais libertadoras e a mobilização de instrutores que compactuam com o método. Para longo prazo, a disponibilidade de pessoas locais é almejada na busca de manter uma gama variada de pessoas para cada abordagem, permitindo substituições e revezamentos.

É importantíssimo realizar um trabalho inicial com o grupo de instrutores. Vários instrutores têm experiência com públicos diferentes do presente no curso. Deve ser feita a adequação da metodologia empregada e de conceitos a serem abordados.

A Participação da Unifap

Renato Richard Hilário

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é um dos principais espaços de criação, difusão e aplicação do conhecimento no Amapá. É na questão do ensino que as universidades são mais lembradas pela população. Porém, muito mais do que salas de aula, a UNIFAP tem a responsabilidade de promover a pesquisa e a extensão universitária. Na pesquisa, professores e alunos são capazes de gerar novos conhecimentos que são importantes para a sociedade. Na extensão, a universidade interage com a sociedade de formas variadas. Atividades de extensão podem estar relacionadas à prestação direta de serviços à comunidade, a atividades de consultoria, de divulgação de informações e a atividades de aprimoramento profissional, dentre outras.

É no caso das atividades de aprimoramento profissional que se encaixam os Cursos de Formação de Guarda-Parques. Nesse contexto, a UNIFAP participou dos cursos em conjunto com a Equipe de Conservação da Amazônia e outros parceiros, e em sintonia com uma demanda necessária do Amapá. O Amapá conta com 19 unidades de conservação, que somam 62% da sua extensão territorial. São mais de 9 milhões de



Sobre o autor

Doutor em Ecologia, docente do Curso de Ciências Ambientais da UNIFAP. Atuou como Coordenador Geral dos cursos do projeto

quilômetros quadrados. Proteger toda essa extensão é uma tarefa desafiadora, ainda mais considerando que os órgãos responsáveis pela gestão das unidades de conservação possuem quadros de funcionários limitados. Assim sendo, a participação da comunidade na proteção das unidades de conservação é essencial para o sucesso destas.

Considerando que as unidades de conservação somam 62% da área do Amapá, é necessário um modelo de desenvolvimento que conviva com as UCs. Apesar de, no imaginário de algumas pessoas, as UCs serem associadas a restrições ao “desenvolvimento”, as unidades de conservação podem, sim, ser promotoras do verdadeiro desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável. Existem no Brasil 12 categorias de UCs. Cada uma tem suas particularidades, permitindo algumas atividades e vetando outras. Existem UCs que permitem visitação pública, pesquisa científica, extração sustentável de produtos naturais, moradias em seu interior e atividades agropecuárias de pequeno porte. Através dessas atividades, as UCs são capazes de inserir os moradores do seu interior ou do seu entorno em modos de produção compatíveis com a preservação da biodiversidade.

Algumas atividades necessárias para a proteção da biodiversidade nas unidades de conservação demandam certo grau de instrução. Por exemplo, a logística na Região Amazônica é desafiadora e muitos locais só são acessíveis por barcos. Assim sendo, instruções sobre resgate na água e conserto de motores de popa são importantes no dia a dia de quem lida com essas situações. Conhecimentos sobre o uso de GPS e rádio comunicador também são importantes para quem atua em áreas remotas. Para lidar com a biodiversidade, é desejável também um certo conhecimento técnico sobre fauna e flora. Enfim, é possível listar uma série de conhecimentos que são importantes para a atuação nas unidades de conservação. E prover esses conhecimentos é o objetivo do Curso de Formação de Guarda-Parques.

Formar profissionais qualificados para atuar nas unidades de conservação é de extrema importância para atingir o desenvolvimento sustentável no Amapá. Os profissionais qualificados no Curso de Formação de Guarda-Parques são capazes de uma relação mais saudável com

o meio ambiente, são preparados para abordagens mais adequadas frente a atividades ilegais, mais aptos a atuar ativamente em pesquisas sobre a biodiversidade e são capazes de obter renda em atividades relacionadas com as UCs. Assim sendo, os Cursos de Formação de Guarda-Parques potencializam o desenvolvimento sustentável através do aumento da vigilância nas UCs e do incentivo a atividades produtivas que são compatíveis com a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

Como instituição de formação, a UNIFAP teve papel importante nos Cursos de Formação de Guarda-Parques. Professores e alunos da UNIFAP participaram como instrutores em atividades dos cursos. Dessa forma, os cursos serviram como atividades de contato com a docência para os alunos da instituição. Além disso, os Cursos de Formação de Guarda-Parques foram espaços de trocas de conhecimentos, onde os instrutores tanto receberam quanto deram aprendizado. Além da troca de conhecimentos, o contato entre os cursistas (que têm associação com as UCs) e os membros da comunidade acadêmica também cria pontes que beneficiam ambos os lados. A universidade deve estar disponível para resolver problemas reais da sociedade e, ao conhecer os membros da comunidade acadêmica, os cursistas podem instigá-los a trabalhar em projetos de pesquisa que solucionem tais problemas. Os acadêmicos também se beneficiam ao ter contato com os cursistas, que podem se tornar valiosos ajudantes em atividades de pesquisa desenvolvidas nas UCs ou nos seus entornos.

Em suma, o Curso de Formação de Guarda-Parques foi uma experiência inovadora, que tem trazido bons frutos para as populações que tem contato com as UCs, para os gestores dessas UCs e para a comunidade acadêmica que se envolveu com os cursos. Iniciativas como essa são importantes na busca de um novo modelo de desenvolvimento que não busque puramente ganhos econômicos imediatos, mas que prepare a sociedade para viver em equilíbrio com o meio ambiente, retirando deste o seu sustento, mas de forma a manter a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos dos quais todos nós dependemos.

04

LIÇÕES APRENDIDAS

Dificuldades superadas no Curso de Formação de Guarda-parques

Ivan Machado de Vasconcelos

Nayara Araújo da Silva

Os principais aprendizados vêm do esforço de manter e aumentar a qualidade a cada edição, ao longo de três anos. Para isso, um sistema de avaliação foi estabelecido para que ele trouxesse informações úteis a serem incorporadas nos planejamentos durante o processo.

À medida que o tempo passou, o cenário foi se alterando e algumas modificações foram necessárias. Como principais exemplos, podemos citar a necessidade de alterar os espaços onde os cursos foram realizados, o fato de os instrutores não poderem mais participar dos cursos e as mudanças de perfil dos participantes em cada curso. Por isso, momen-

tos frequentes de planejamento em conjunto foram muito importantes, ainda mais em um projeto que conta com o esforço de vários parceiros e integrantes com diversos perfis.

Conforme os cursos foram ocorrendo, perceberam-se lacunas de formação no planejamento inicial; por exemplo, a necessidade de se discutir comunicação e sustentabilidade. Além disso, alguns instrutores, inicialmente participantes do projeto, se afastavam por motivos alheios ao curso ou por conflitos de agenda. Isso exigiu que a coordenação estivesse sempre em busca de novos parceiros e novos instrutores. A maior parte dessa procura se deu nas instituições parceiras dos próprios organizadores do curso.

Essa busca por novos integrantes trouxe aprendizados. Desde o início do projeto se procurou instrutores dentro do estado do Amapá, numa perspectiva de fortalecer a rede regional e respaldar os esforços locais. Além disso, o objetivo era que houvesse a maior diversidade possível de instrutores, pois quanto mais instituições e pessoas participam e conhecem o projeto, maior é o potencial de catalisar novas parcerias e projetos posteriores.

Para os guardas-parques e para as UCs contempladas, a ampliação do espectro de parceiros é importantíssima, devido à complexidade da atuação desses agentes e a necessidade de atrair mais cooperações para atingir seus objetivos.

Outro processo ao longo dos cursos que trouxe muito aprendizado foi a gradual apropriação da AGPA do curso. A cada nova edição, os guardas-parques se responsabilizavam por mais aspectos e estavam mais envolvidos com o projeto. Da mesma forma que com os instrutores, isso exigiu uma procura dentro do quadro da associação por pessoas com perfis diversos para o trabalho, já que as tarefas assumidas eram muito distintas (desde logística a instrução). Também exigiu sensibilidade das pessoas e instituições parceiras para abrir mão de responsabilidades e controle em favor da associação, mas sem deixar de man-

ter o apoio e coordenação com ela.

O processo também deu experiência para os integrantes da AGPA na gestão de projetos e da própria entidade, fortalecendo o compromisso com o trabalho em grupo e visando o bem coletivo. E se conseguiu resultados muito positivos com a integração de cursistas que haviam acabado de se formar no curso, trazendo suas experiências prévias e da vivência do processo enquanto educandos.

Durante os cursos, muitas demandas inesperadas surgem e, a cada edição, se estabeleceram caminhos para geri-las.

A dinâmica do grupo de cursistas é uma temática que deve ser dada muita atenção. Ao reunir pessoas muito diferentes com histórias e perspectivas diversas por um período longo (20 dias), é necessário abordar as pessoas e o grupo com uma visão holística. Para isso, uma equipe de guardas-parques formados acompanhava o grupo durante todo o curso, estando presente não só nos momentos de formação, mas também nos momentos livres. Essas pessoas tinham o papel de acolher e dar suporte às pessoas ao longo desse período. Também construíam ligações com os cursistas, que permitiam que outros tipos de demandas chegassem até a coordenação (por exemplo, necessidades médicas e relações conflituosas interpessoais).

Para lidar com essas demandas, algumas estratégias foram elaboradas. Além de instruções mais focadas no aprendizado de conhecimento e habilidades para a formação de guarda-parques, momentos de dinâmicas de grupo foram realizados, seja para melhorar a relação dos cursistas, seja para que desavenças fossem mitigadas.

Também foi necessário que se estabelecesse uma rotina de reuniões da coordenação, nas quais estavam presentes todos os parceiros, para avaliação do andamento do curso e tomada de decisões nessas temáticas. Ao trazer todos os integrantes da coordenação, uma maior quantidade de visões era abordada e as decisões em forma de consenso

aumentava a coesão do grupo da coordenação.

No entanto, esse tipo de intervenção é sempre delicado e sua necessidade deve ser discutida desde o início do planejamento, estabelecendo as diretrizes para essa atuação. Assim, se diminui tomadas de decisões pessoais e personalistas, construindo uma condução do curso mais democrática e focada na formação dos cursistas nos aspectos referentes a atitudes.



A Participação das Mulheres no Projeto

Muryel Arantes

Como surgiu?

A estratégia para alcançar a equidade de gênero no âmbito da formação de guarda-parques surgiu durante a avaliação do segundo curso. Na reunião do conselho de classe, ficou evidente que o diálogo sobre a questão de gênero se fazia necessário. A baixa representatividade das mulheres da região e as dificuldades enfrentadas pelas poucas que chegaram às primeiras turmas foram entendidas como entraves à cidadania plena e à participação social, diretrizes fundamentais no escopo do projeto.

Como foram as experiências e o que foi feito?

Dentre os membros da equipe de execução e de apoio, criou-se um grupo incumbido de traçar uma estratégia e mobilizar as ações necessárias para que homens e mulheres pudessem ter as mesmas oportunidades de aprendizado durante as formações proporcionadas pelo projeto Capacitar para Conservar.

O Grupo Mulheres (GP Mulheres), formado

Sobre a autora

Formada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Mestrado em Geografia com ênfase em Gestão Ambiental e Territorial, realizado na Universidade de Brasília com pesquisa sobre gestão de Unidades de Conservação e Terras Indígenas em sobreposição na Amazônia brasileira. Analista Socioambiental desde 2013 na Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam). Assistente do projeto Capacitar para Conservar e integrante da instrutoria do curso de formação de guarda-parques, trabalhando os temas de cartografia básica e equidade de gênero.

por pessoas da Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Estação Gabiraba, promoveu conversas sobre o tema nos espaços de diálogo do projeto e em momentos específicos para tratar do tema equidade de gênero. Assim, o GP Mulheres traçou uma estratégia com ações direcionadas aos momentos de divulgação e execução do projeto.

Discutiu-se que, nas comunidades, existe atuação constante das mulheres, como lideranças comunitárias e em atividades relacionadas à conservação nas áreas protegidas do estado do Amapá. O perfil corresponde ao público-alvo da formação de guarda-parques, mas tais mulheres não estavam realizando inscrições no curso. O questionamento feito nesse sentido foi: se as mulheres estão atuando pela conservação em suas comunidades, por que não estão acessando o espaço de capacitação destinado aos seus perfis?

Na impossibilidade de tratar de todos os motivos que dificultam a ocupação de espaços públicos por mulheres, o GP Mulheres se concentrou em estratégias de divulgação e de acolhimento durante o curso. A hipótese levantada é que, possivelmente, tais mulheres não estivessem se sentindo contempladas como público-alvo, considerando apenas as informações contidas no edital público. Isso porque a concepção de guarda-parques ainda é muito relacionada à figura masculina. Assim, buscou-se uma divulgação especial com representatividade feminina, na tentativa de demonstrar que suas inscrições eram esperadas e suas participações possíveis.

Algumas ações foram realizadas com intuito de chamamento das mulheres da região interessadas na formação de guarda-parques. A princípio, dar visibilidade às mulheres guardas-parques e àquelas envolvidas com a conservação e com o projeto foi pensado como estratégia para gerar empatia. Ao ver outras mulheres falando do espaço de formação e cidadania, as demais poderiam se sentir representadas e encorajadas a participar. Assim, no vídeo de divulgação do projeto¹ foram destacadas as falas das mulheres envolvidas nos primeiro e segundo cursos.

1

<https://www.youtube.com/watch?v=KpD8JPojFug>

Além disso, foi realizado um mapeamento das mulheres com potencial para integrar a terceira turma de formação. A divulgação foi direcionada e elas foram diretamente informadas da abertura das inscrições. Esse contato mais próximo foi realizado, em grande parte, pela guarda-parque Lilian Sales que, como mulher, assistente social e representante da Associação de Guarda-Parques do Amapá (AGPA), teve subsídios para lidar com as especificidades de cada comunidade e de cada família. Esse contato foi fundamental para que a divulgação do curso atingisse mulheres que se encaixam no perfil de beneficiárias do curso.

Ainda no contexto de divulgação, os gestores das UCs foram informados da importância de convidar mulheres para o curso. Isso foi feito com o apoio de um dos analistas do Parna Cabo Orange e parceiro do projeto, Ivan Vasconcelos, que levou a mensagem a 14 gestores da região. Em seu texto, ele destacou que se trata de uma “tentativa de contemplar as pessoas que já atuam nessas áreas protegidas. Fazemos um apelo para que, nos próximos cursos, os gestores pesem a necessidade de contemplar mais mulheres nas atividades das UCs e envidem esforços para que mais mulheres sejam indicadas a participar”.

Tais ações realizadas durante o período de divulgação do terceiro curso resultaram no aumento significativo de mulheres inscritas para a terceira edição. Saímos de um cenário com a participação de 2 mulheres na primeira turma e 3 mulheres na segunda para 12 mulheres inscritas, selecionadas e certificadas na terceira edição do curso.

No momento em que essas mulheres passaram a integrar a equipe, as ações do GP Mulheres passaram a impactar diretamente nas atividades do curso. Isso foi pensado para que o espaço estivesse preparado para amenizar as desigualdades existentes entre homens e mulheres no processo de aprendizagem, especialmente de temas e técnicas comumente associadas à figura do homem no contexto das Áreas Protegidas.

Na programação do curso, estão previstas vivências e rodas de conversa com a finalidade de discutir assuntos importantes para os guardas-parques de uma maneira mais leve e descontraída. A discussão sobre gênero foi inserida nesse contexto. Foram dois momentos destinados

ao debate. O primeiro ocorreu em Macapá, com a participação de duas representantes do movimento feminista do estado.

Durante a roda de conversa mediada pela ECAM, Ana Carolina Magalhães, estudante de licenciatura em Filosofia e militante do movimento feminista negro, trouxe para a turma algumas concepções básicas para facilitar a conversa, acerca do que é machismo e de como este vem sendo naturalizado ao longo da história. Outra convidada, Regiane Susarte, que também faz parte do movimento feminista do estado e compõe o comitê de segurança LGBT do Amapá, falou sobre as barreiras impostas às mulheres no mercado de trabalho e no cenário político. Com a fala das convidadas, as cursistas relataram uma série de experiências de superação do machismo e algumas experiências de apoio no espaço doméstico.

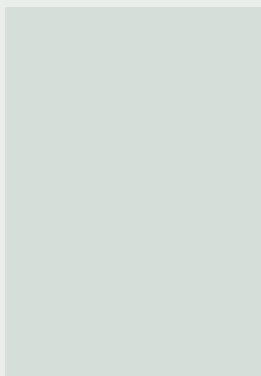
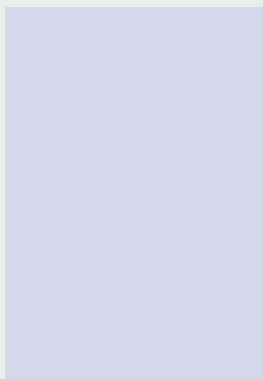
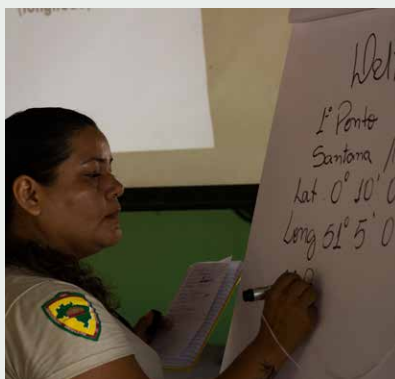
O segundo momento destinado ao tema aconteceu durante a etapa de campo na ESEC do Jari, com o diálogo impulsionado pela exibição do vídeo “Sejamos Todos Feministas”, que traz o discurso da escritora nigeriana Chimamanda Adichie no evento TED Talk, e por uma atividade com cartazes, na qual os cursistas liam frases negativas que mulheres costumam ouvir ao longo da vida. Ao rasgar os papéis, podiam propor novas falas em oposição às ideias expostas anteriormente.

Essa inserção na grade curricular proporcionou resultados relevantes, como a criação do espaço de discussão sobre uma temática importantíssima no contexto da sociedade brasileira e Amazônica; o incentivo para homens e mulheres ampliarem o olhar e repensem atitudes em relação à realidade de suas comunidades; e a convivência e aproximação maior entre cursistas baseadas no respeito mútuo.

Quais os aspectos no âmbito do projeto contribuíram para este avanço?

A princípio, o quadro de pessoas envolvidas nos cursos de Formação de Guarda-Parques desde 2015 é equilibrado em termos de gênero. As mulheres estão presentes em vários momentos e desempenham

funções variadas na composição da equipe técnica da ECAM, incluindo consultoras contratadas, equipe de instrução e a coordenação do curso. Ter esta representatividade dentre as pessoas que trabalham no projeto é um fator básico para que a equidade de gênero seja trabalhada nas atividades do projeto Capacitar para Conservar e contribuiu muito para os avanços conquistados até o final do projeto.



Aspectos Avaliativos do Curso Intercâmbio de Experiências para a Gestão Territorial para Guarda-parques

* Sobre a autora

Cientista Ambiental pela Universidade Federal do Amapá e Tecnologia em Gestão Ambiental pela Faculdade de Macapá. Tem experiência nas áreas de gestão de conflitos socioambientais, monitoramento participativo da biodiversidade, formação de agentes ambientais comunitários, ambos com ênfase em Áreas Protegidas, e também na área de licenciamento ambiental de empreendimentos. Atualmente é consultora em projetos ambientais da Equipe de Conservação da Amazônia e Instituto de Pesquisas Ecológicas..

Zara Faria Sobrinha Guimarães

Cristiane Rodrigues Menezes Russo

*Lais Rocha Fernandes**

Para avaliar como se deu o processo formativo durante os cursos de Formação de Guarda-parques e de Intercâmbio de Experiências, pressupõe-se olhar com imersão e distância, recordar e metabolizar processos, interagir e sondar atitudes. Assim, aprender e apreender conteúdos ficam diluídos no processo de desenvolver atitudes que indiquem quais resultados foram obtidos nos dois processos de formação.

Entende-se, desta forma, um mecanismo de avaliação de maneira mais qualitativa do que quantitativa. Uma vez que nele são considerados como mais importantes o crescimento pessoal que esse tipo de formação propicia, devido ao fato de neles reunirem pessoas com vivências diferenciadas num mesmo espaço-tempo. Desse modo, avaliarmos se os objetivos formativos foram alcançados é de grande valia para todos os atores envolvidos, sejam eles instrutores ou cursistas, mas perde importância quando consideramos as ações comunitárias que aconteceram a partir desta formação.

Baseando-se nos relatos das consultoras e assistentes interdisciplinares envolvidas no processo, observam-se índices de avaliação e principais relatos e dúvidas durante o Curso

de Guarda-parque - Intercâmbio de Saberes sobre a gestão territorial em suas fases Presencial e à Distância. Tais consultorias serviram como parâmetro de acompanhamento para elaboração de um Plano Estratégico para Gestão Territorial (PEGT), a ser desenvolvido nas comunidades dos participantes dos cursos.

Em relação ao Curso de Intercâmbio, a organização dos eixos temáticos dos módulos dos cursos permitiu a troca de experiências e saberes entre os diferentes grupos envolvidos, fazendo com que o curso fosse também fomentado por diálogos e participação da turma no desenvolvimento dos conteúdos propostos.

Por meio dos relatórios de acompanhamento das consultoras/assistentes interdisciplinares foi possível analisar como ocorreu a receptividade de cada módulo, bem como as metodologias utilizadas nas instruções, avaliando, dessa forma, a execução pedagógica do curso como um todo (Figura 22). As atividades executadas durante os módulos eram diretamente relacionadas aos territórios dos cursistas que, a partir de modelos conceituais, puderam relacionar os conteúdos aprendidos com os problemas percebidos em seus territórios.

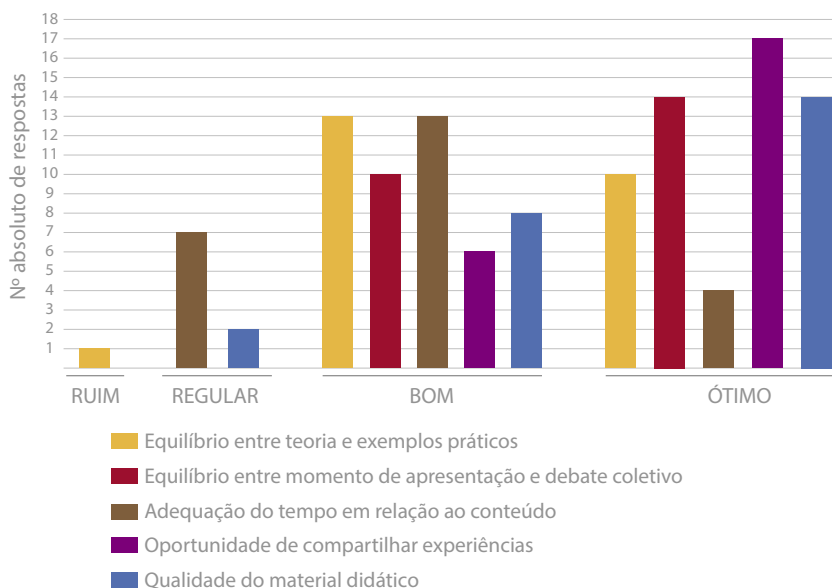


FIGURA 22 - Gráfico de Avaliação quanto ao método de ensino empregado.

Para avaliações imediatas, foi idealizado um instrumento denominado

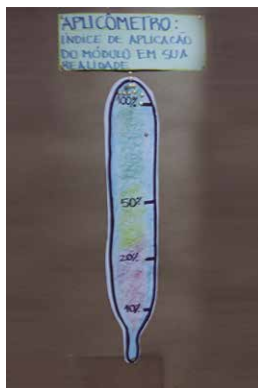


FIGURA 23 - Imagem do Aplicômetro.

“Aplicômetro”, que indicava o nível de aplicação dos módulos as demandas dos territórios dos cursistas imediatamente após sua execução (Figura 23).

Cada módulo foi avaliado também em relação a seu conteúdo, nível de compreensão e relevância, recebendo avaliações positivas na maioria das vezes, indicando a satisfação dos cursistas em relação ao uso de seus conhecimentos diante das demandas de suas comunidades.

Conjuntamente às atividades dos módulos, foi construído, com a contribuição de cada etapa formativa, um diagnóstico dos territórios dos componentes dos grupos, que subsidiou a proposição dos Planos Estratégicos para a Gestão Territorial, finalizados posteriormente na etapa à distância.

Ao final da etapa presencial do curso, foi entregue um formulário geral de avaliação e, a partir das informações disponibilizadas, os dados foram tabulados e sistematizados, indicando que: as expectativas sobre o curso foram plenamente atendidas; houve ganho significativo de conhecimento teórico/conceitual e prático operacional; houve equilíbrio entre teoria e exemplos práticos; estímulo ao compartilhamento de experiências; e ótima qualidade de materiais didáticos (Figura 24).

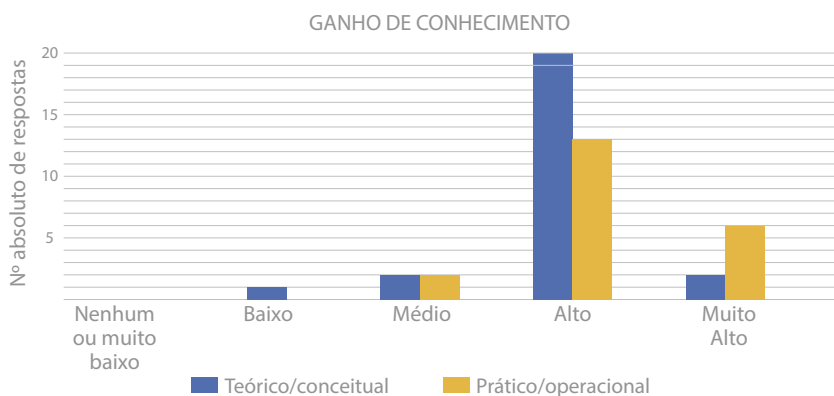


FIGURA 24 - Gráfico da Avaliação sobre o ganho de conhecimento do curso.

Os quesitos avaliativos descritos acima podem ser considerados bons indicativos da proposição dos cursos. No entanto, cabe-nos salientar que, mesmo que seja reaplicado com a mesma configuração, o intercâmbio de experiências se encarregará de diferenciar as turmas em suas trocas, vivências e oportunidades de aprendizado.

Uma inovação presente no Curso foi a etapa à distância, que se caracterizava pela consolidação dos conteúdos aprendidos na etapa anterior por meio da construção do PEGT. Em ambas as turmas foi possível perceber que, apesar das dificuldades dos grupos em estabelecerem uma rotina de reunião para a elaboração do PEGT, devido à baixa comunicação interpessoal e distâncias geográficas grandes entre os membros do mesmo grupo, 70% dos participantes finalizaram a etapa com a entrega do PEGT.

O resultado demonstra que essa modalidade de ensino foi satisfatória no curso, mesmo com perda de 30% dos PEGT. Isso se deve a diferentes fatores, como a baixa escolarização de alguns membros das equipes que não entregaram o documento, o que implicou no entendimento da tarefa mesmo tendo o auxílio das consultoras/assistentes interdisciplinares para o esclarecimento de dúvidas, e o apoio da comissão de tutoria. Embora os membros dos grupos residam no mesmo território, a distância entre eles e a dificuldades de comunicação foram fatores relatados pelos mesmos para a não realização do PEGT.

Diferentes também são e serão os produtos gerados por esses encontros. Temos alguns exemplos de alguns resultados considerados inesperados, como a criação da ONG Crianças que Brilham da APA da Fazendinha, a realização do I Simpósio de Guarda-parques em 2017² e a ampliação das atividades do Instituto Mapinguari.

O presente momento é de celebração pela conquista pessoal e em grupo, pelos serviços prestados às comunidades envolvidas e pela possibilidade de trocas de conhecimento relativas à gestão de territórios.

2 O I Simpósio Estadual de Guarda-parques da APA da Fazendinha: em defesa do Título Mundial de Turismo Sustentável aconteceu no período de 19 a 23 de junho de 2017, no Centro Comunitário da APA da Fazendinha, cujo objetivo foi realizar palestras, capacitações, ações e exposições de artesanatos na APA Fazendinha. Os guarda-parques aproveitaram o projeto "Junho Verde" para massificar as atividades que realizam na área e fortalecer a campanha na busca pelo Título Mundial de Turismo Sustentável.



ONG Crianças que Brilham na APA da Fazendinha³

A organização não governamental (ONG) Crianças que Brilham foi planejada e criada informalmente em 2006 pelos guardas-parques (GP) Nerivan da Silva e Sidiane Silva. Eles têm dois filhos e mais de 300 crianças agregadas em suas ações ambientais na Área de Proteção Ambiental (APA) da Fazendinha, que se localiza no distrito da Fazendinha, a 15 km da cidade de Macapá, estado do Amapá, onde residem. Mas somente no ano de 2017 puderam coordenar melhor suas ações, com a colaboração da turismóloga Isabela Madureira.

A GP Sidiane Silva foi formada no 3º Curso de formação de GP do Projeto Capacitar para Conservar, enquanto que Isabela Madureira e o GP Nerivan Silva participaram da 1ª turma do Curso de Intercâmbio de Experiências. Após os cursos, o grupo pode reavaliar a maneira de gerenciar a ONG para que pudessem implementar práticas vivenciadas no curso, buscando influenciar a mudança de comportamento da comunidade. Como exemplos bem aplicados, destacam-se as ferramentas de mediações de conflitos, além de outros como a construção e o planejamento de projetos a curto e longo prazo.

3 Este texto foi elaborado com base em entrevista realizada com a Coordenação da ONG

O grupo observou que a comunidade necessitava de uma atenção maior, em especial as crianças que ali residem, pois na Comunidade já existiam trabalhos relacionados à conservação da natureza. No entanto, não eram especificamente voltados para crianças e uma boa parte do tempo delas era desperdiçado; ou seja, ficavam vulneráveis a diversos fatores de risco social.

As atividades desenvolvidas pelo grupo contam com o apoio de toda a comunidade da APA e com a AGPA. Houveram atividades que contaram com guardas-parques para palestrar, como no curso Pequenos Protetores Guarda-parques, que é um projeto recente. Isso trouxe experiências, vivenciadas no curso de formação, que foram construtivas para o desenvolvimento das crianças nas atividades aplicadas. Contam também com o apoio do Batalhão Ambiental e da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, Conflitos Agrários, Habitação e Urbanismo (Prodemac) do estado do Amapá.

Na opinião do grupo, o projeto Capacitar para Conservar é importante não só para os guardas-parques que compõe a ONG ou para AGPA, mas para todas as áreas protegidas. A partir desses incentivos e das experiências compartilhadas, puderam perceber que seus defensores se tornam mais aptos às funções desenvolvidas devido ao conhecimento adquirido, podem futuramente tornar-se multiplicadores em seus territórios de origem, sabendo que é importante essa relação entre guarda-parques e comunidade, afim de tornarem o planeta melhor com as boas ações que se transformam em grandes conquistas, como vemos acontecer na APA da Fazendinha.

Para a GP Sidiane Silva, “o próximo objetivo é que eu possa ter oportunidade de fazer o curso de intercâmbio, para poder ampliar meus conhecimentos e poder somar com eles mais ainda. Acho que todo educador sonha em fazer esse intercâmbio”.



FIGURA 25 - Crianças em atividade de sensibilização na orla da APA da Fazendinha, Macapá, Amapá.

FONTE: ACERVO DA ONG CRIANÇAS QUE BRILHAM NA APA DA FAZENDINHA.



FIGURA 26 - Crianças do Projeto Pequenos Protetores em atividades no Centro Comunitário.

FONTE: ACERVO DA ONG CRIANÇAS QUE BRILHAM NA APA DA FAZENDINHA.

INSTITUTO MAPINGUARI⁴



O Instituto Mapinguari é uma ONG que atua no estado do Amapá, especialmente nos municípios de Macapá e Santana, no apoio à gestão de UCs. Foi criado no ano de 2015 por biólogos, a partir das atividades de voluntariado desenvolvidas por eles na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) REVECOM localizada no Município de Santana, Amapá. O instituto foi convidado a compor o quadro de Instrutores do Curso de Formação de Guarda-parques pela Coordenação Pedagógica do Projeto Capacitar para Conservar como reconhecimento de sua atuação junto às ações de conservação no Amapá.

Para a Diretoria do Instituto, o principal ganho direto da sua inserção no projeto foi o estabelecimento de contatos com outras instituições e pessoas, assim como foi uma oportunidade de tornar o Instituto conhecido indiretamente por meio da sua missão, onde tiveram a oportunidade de capacitar outras pessoas para serem agentes de proteção e conservação.

Na opinião da diretoria do instituto, projetos de formação como o Capacitar para Conservar na Amazônia são instrumentos de promoção do protagonismo dos atores locais, independentemente de sua participação como cursista ou instrutor, sendo também uma

4 Este texto foi elaborado com base em entrevista realizada com a diretoria do Instituto.

oportunidade de conseguir esclarecer questões que às vezes são de difícil compreensão para as pessoas que moram próximo das UCs.

A participação de membros do instituto, seja como instrutores do módulo de Biodiversidade no Curso de formação ou como cursistas no Curso de Intercâmbio de Experiências, proporcionou o fortalecimento do grupo, tornando-os mais comunicativos e organizados.

O fato de trabalhar pela primeira vez em um projeto desse porte trouxe visibilidade para o instituto e ampliou potencialidades ainda não mapeadas pelo mesmo.

Segundo a diretoria do instituto, suas atividades puderam ser aprimoradas com a incorporação das práticas, principalmente a metodologia de diagnóstico FOFA e as metodologias de avaliação e acompanhamento, assim como as utilizadas pelos instrutores na aula como as utilizadas pela Coordenação nas reuniões de Conselho de Classe e de planejamento.

Atualmente, o Instituto Mapinguari participa do projeto “Motivação e Sucesso na Gestão de Unidades de Conservação Federais” (MOSUC) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), em parceria com o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Com atuação no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, o projeto tem como missão a identificação de soluções inovadoras para os principais desafios de gestão nas UCs da Região Amazônica, assim como o desenvolvimento local e do capital humano. Seu corpo de colaboradores continua atuando junto à gestão da RPPN REVECOM no Programa de Educação Ambiental e Cidadania (PEACE).

<http://www.imapinguari.com.br/#weblog>



FIGURA 27 - Curso Introdução à biologia e manejo de abelhas sem ferrão, realizado na RPPN REVECOM, em parceria com IFAP.

FONTE: ACERVO DO INSTITUTO MAPIGUARI



FIGURA 28 - Ação de limpeza da orla da RPPN REVECOM em parceria com a UEAP.

FONTE: ACERVO DO INSTITUTO MAPIGUARI

A fala dos Guarda-Parques participantes do projeto⁵

Ivan de Machado Vasconcelos

Já que estamos falando de lições aprendidas, nada mais justo do que destacar as experiências pessoais dos próprios cursistas. Suas vivências extrapolam os currículos propostos e trazem à tona detalhes que colocaram os participantes em diferentes lugares: chegaram de um jeito e saíram de outro.

Passar pela experiência do Curso de Formação de Guarda-Parques ou do Curso Guarda-Parque - Intercâmbio para a Gestão Territorial pode deixar uma pessoa mais desinibida, aproximá-la de parceiros inesperados ou até despertar gosto por outros conhecimentos. Antes de simplesmente listar tais mudanças, melhor conhecer a vivência de quem passou por ela.

Jackiel Cássio Rocha da Silva é um jovem de sorriso aberto, curioso com as possibilidades que aparecem ao seu redor. Ele mora em Serra do Navio, no Assentamento Silvestre. Antes de participar do 1º Curso de Formação de Guarda-Parque e do 1º Curso Intercâmbio de Experiências para a Gestão Territorial para Guarda-Parque, Jackiel já era monitor de monitoramento participativo da biodiversidade no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. “Tudo começou quando eu fui estudar no Escola Família. Foi nessa época que eu fui convidado para fazer um curso de monitoramento”, lembra Jackiel.

Já como guarda-parque formado, continuou participando da organização de todas as outras edições do Curso de Formação. “Como aluno, eu aprendi muitas coisas sobre a mata e sobre aparelhos que a gente não tinha muito contato antes. E como instrutor eu aprendo com os alunos e com os outros instrutores”, declara Jackiel.

5 Esse texto foi elaborado com base em depoimentos de participantes do Projeto Capacitar para Conservar, durante todo o período de realização do projeto.

Ainda no primeiro curso, Jackiel sonhava com a possibilidade de um emprego. Agora, já reconhecido como guarda-parque, vem conseguindo consolidar o seu espaço de atuação. Hoje, por conta do Projeto Motivação e Sucesso na Gestão de Unidades de Conservação Federais (MOSUC), faz parte da equipe do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Serra do Navio. Além disso, ingressou no Curso de Técnico em Meio Ambiente, do Instituto Federal do Amapá (IFAP).

Bruna da Costa também foi cursista em duas oportunidades. Primeiro, no 4º Curso de Formação, depois no 1º Curso Intercâmbio. Antes disso, enquanto ainda cursava Ciências Ambientais na Unifap, nem sabia o que era ser um guarda-parque. “Achei que seria só mais um curso, mas saí com uma qualificação nova e, principalmente, saí acreditando no quanto eu era capaz. Antes eu não imaginava como eu poderia contribuir. Aprendi a me sentir parte de todas essas questões sociais, a ser cidadã. E descobri o quanto que eu posso influenciar positivamente se eu estiver participando na minha comunidade, em Ferreira Gomes”, comenta Bruna.

Com tanta motivação, o sonho ganhou corpo e forma de projeto. O objetivo de Bruna é transformar a Pedra do Índio, um sítio arqueológico na sua cidade, em uma Unidade de Conservação (UC)⁶. “Existem muitos fatores para justificar a importância desse lugar. Por exemplo, ele está em uma área de cerrado e, hoje no Amapá, nós não temos nenhuma UC em área de cerrado. São 17 sítios perto do sítio principal, que é a Pedra do Índio. Ali também passa um tributário importante do rio Araguari, que hoje sofre com a presença de hidrelétricas. Tudo isso corrobora para a proposta do projeto”, avalia Bruna, com olhos no futuro.

Eliel Barbosa da Costa realiza seu trabalho na base da Floresta Nacional do Amapá. Um lugar privilegiado, bem na confluência dos rios Araguari e Falsino. Ele trabalha com cuidados de manutenção, recepção de visitantes, pesquisadores e comunitários. E aprender é um gosto para Eliel. Na família, seu padrao é uma referência: “Ele é um conhecedor muito grande da natureza, que envolve remédios, plantas medicinais, uso dos frutos, os óleos de andiroba (*Carapa guianensis*

6 Essa proposta da Bruna foi consolidada no curso de Intercâmbio por meio do Plano Estratégico de Gestão Territorial (PEGT), trabalho da etapa à distância.

Aubl.), copaíba (*Copaifera sp.*) e pracaxi (*Pentaclethra macroloba Wild*). Trabalhamos juntos em nossos plantios”, declara Eliel. No trabalho, a curiosidade dele continua: “acompanhando os pesquisadores, a gente aprende com eles na área que eles vão exercer. De anfíbios, de répteis e na parte da flora. Como os bichos usam a floresta, como eles se alimentam e ajudam a jogar as sementes. São diversos conhecimentos, em diversas áreas. Tanto a gente aprende com eles, quanto eles com a gente”.

A possibilidade de aprender mais com o Curso de Formação não seria perdida pelo Eliel. Ele fez parte da sexta turma de formação: “Quando surgiu a proposta de fazer o curso de guarda-parque, eu me animei, porque essa é uma área com a qual me identifico. Eu posso abranger mais meu conhecimento, passar para outras pessoas e, assim, cuidamos mais das nossas florestas e das cidades. Adorei nossa aula sobre sustentabilidade, como as coisas podem ter impactos positivos ou negativos”, ele conclui.

Sidiane Nascimento da Silva⁷ participou do 2º Curso de Formação de Guarda-Parques. Ela já desenvolvia vários projetos em sua comunidade, a Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, em parceria com os guardas-parques já formados. Esse universo já era familiar para ela, mas os 20 dias de curso foram uma oportunidade de conhecer coisas novas. “Mudei muito minha maneira de agir e pensar. Percebi que, acima de tudo, o curso de formação de guarda-parques me concedeu oportunidades de conviver com pessoas de diferentes costumes, pensamentos e experiências, e que, apesar de pensarmos diferente, isso me amadureceu”.

Depois disso, uma nova instituição surgiu. Sidiane preside hoje a ONG Crianças que Brilham, voltada para ações de Educação Ambiental, culturais, sociais e religiosas. “Depois do curso, eu passei a ser mais valorizada e também mais respeitada. O curso fortaleceu muito esse trabalho e um leque se abriu, pude melhorar minhas habilidades. Hoje posso dizer que sou referência em minha comunidade”, conta, com orgulho, Sidiane.

7 A GP recebeu voto de louvor outorgado pela Câmara de vereadores de Macapá/AP no ano de 2017 pelo seu trabalho na ONG Crianças que brilham na APA da Fazendinha.

Maria do Socorro mora em Serra do Navio, no Distrito do Cachaço. Desde 2013, Socorro atua junto com a gestão do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. “Para mim, a importância de me tornar guarda-parque foi maravilhosa. Eu sempre cuidei e amei a nossa floresta, pois sou ribeirinha e moro no meio da Amazônia”.

Ela fez o 4º Curso de Formação de Guarda-Parques e o 2º Curso Guarda-Parque. “Sou uma pessoa simples, mas, depois do curso, recebi muitas bênçãos. Além do conhecimento que adquiri, aprendi sobre a legislação ambiental, que eu não conhecia. Então, com esse conhecimento, eu posso orientar minha comunidade, onde temos problemas com caça, pesca e extração madeireira. Hoje sou guarda-parque capacitada, amo meu trabalho e minha floresta com seus seres vivos”, lembra Socorro. A formação permitiu que Socorro fizesse parte de um grupo maior: o grupo de guardas-parques no estado do Amapá: “Tenho muito orgulho de fazer parte da família AGPA”, ela afirma.

A experiência para a AGPA⁸

Cada novo guarda-parque passou a fazer parte do coletivo que é a AGPA. Em termos de número de associados, o ganho foi enorme, mas, em termos da capacidade de atuar, se fortalecer e reconhecer novos espaços de atuação, o ganho foi muito maior.

A AGPA já buscava o seu fortalecimento e a sua organização. As ações do Projeto Capacitar para Conservar trouxeram novos aportes para a mobilização do grupo. A associação foi parte integrante da coordenação do Curso de Formação, trazendo melhorias para a capacitação ao integrar guardas-parques na organização e instrução. Também permitiu a troca de experiências e a apropriação de sua própria formação por parte dos participantes.

Nesse processo, a AGPA conquistou mais visibilidade para a categoria e para a instituição (Figura 29): depois de quatro anos, mais pessoas sabem o que fazem os guardas-parques e sua associação. Com isso,

8 Esse texto foi elaborado com base em reunião de avaliação com a AGPA, realizada em dezembro de 2017, e em depoimentos de participantes do Projeto Capacitar para Conservar, durante todo o período de realização do projeto.

a motivação do grupo cresceu ao ver seu trabalho reconhecido. Laços institucionais foram estreitados e se formaram novas parcerias, já que muitos passaram a ver a associação com bons olhos.



FIGURA 29 - Guardas-parques da AGPA fizeram parte da delegação brasileira no 8º Congresso mundial de Guarda-parque, que ocorreu entre os dias 20 a 27 de maio de 2016 na cidade de Estes Park, Colorado, EUA.

Assumindo o protagonismo, hoje a AGPA conta com mais parceiros nas comunidades em todo o estado. Mais pessoas comprometidas com a causa fazem parte do grupo e estão dispostas a trabalhar, colaborando para ações mais eficientes, com uma atuação mais cidadã.

Todo esse fortalecimento é muito importante, já que ainda não existe no Amapá um espaço de atuação profissional consolidado. Iniciativas e conquistas vêm se somando ao passar dos anos, mas a contratação de guarda-parques ainda é um sonho.

Após o projeto, encontros entre guardas-parques foram realizados em diferentes municípios do Amapá, mostrando uma rede de atuação que se consolida. Hoje, os guardas-parques estão espalhados por todo estado. Cada UC possui pelo menos um, quando não uma equipe atuante. E continuam se articulando cada vez mais, sempre com objetivo de fortalecer a gestão de UCs no estado do Amapá, que tem o maior percentual de território protegido do Brasil.





OLHARES E DIÁLOGOS PARA A GESTÃO TERRITORIAL:

Formação de guarda-parques
comunitários para a conservação
em áreas protegidas

apoio

FUNDO AMAZONIA

realização



parceiros



ISBN 978-859999119-0



9 788599 991190